



Banco BS2 S.A.

***Demonstrações financeiras
consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2022***



ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3
Relatório da Administração	9
Balanco patrimonial	11
Demonstração do resultado	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Demonstração do valor adicionado (DVA)	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS	18
1 Contexto operacional.....	18
2 Políticas contábeis significativas	18
3 Caixa e equivalentes de caixa	32
4 Depósitos compulsórios no banco central do Brasil	32
5 Aplicações em depósitos interfinanceiros	32
6 Títulos e valores mobiliários	33
7 Derivativos	34
8 Transações de pagamento	35
9 Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	35
10 Outros ativos.....	38
11 Ativos não correntes mantidos para venda	38
12 Ativos tangíveis	39
13 Ativos intangíveis.....	39
14 Depósitos e recursos de mercados interbancários	40
15 Letras financeiras subordinadas	41
16 Outros passivos	42
17 Provisões	42
18 Patrimônio líquido	43
19 Receitas de juros e rendimentos similares e despesas de juros e encargos similares	46
20 Resultado de ativos e passivos financeiros	46
21 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	47
22 Despesas gerais e administrativas	47
23 Demais receitas e despesas operacionais	47
24 Tributos	48
25 Lucro por ação.....	50
26 Informações por segmentos	50
27 Transações com partes relacionadas	52
28 Valor justo dos ativos e passivos financeiros	53
29 Índices operacionais	57
30 Gestão de riscos.....	58
31 Outras divulgações	67

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Perda de crédito esperada (*impairment*) sobre operações de crédito, em conformidade com o IFRS 9 - *Financial Instruments* (Notas 2.3 (e), 2.4.(d) e 9)

A mensuração da perda de crédito esperada de empréstimos e recebíveis (*impairment*) considera as determinações do IFRS 9 - *Financial Instruments* que estabelece requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, dentre os quais um modelo de provisão de perda para risco de crédito (*impairment*) que tem como base a perda esperada.

A estimativa da perda de crédito esperada das operações de crédito, considerando os requerimentos da IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Dessa forma, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria.

Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para análise, avaliação e implantação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia de *impairment*, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela Administração; e (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação.

Adicionalmente, realizamos testes sobre a alocação das operações de crédito nos seus respectivos estágios conforme requisitos do IFRS 9 e análise das divulgações realizadas pela Administração em atendimento aos requisitos do IFRS 9.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração proporcionam uma base razoável para a apuração e registro contábil das perdas de crédito com base no IFRS 9, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Reconhecimento e valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Notas 2.3 (f) e 24 (a))

Os ativos fiscais diferidos compostos pelos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos sobre o lucro, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, são reconhecidos contabilmente na

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a realização de entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela Administração para apuração dos ativos fiscais diferidos e seu registro nos termos das normas contábeis, que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses

Porque é um PAA

medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização dos mesmos.

A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo e a relevância dos valores envolvidos, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

créditos mediante projeção de lucros tributários futuros.

Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e analisamos as principais premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável.

Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto ao cálculo matemático dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil dos créditos tributários referidos acima são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e mercado ativo (Nota 9)

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Considerando a relevância da mensuração do

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação desses títulos.

Adicionalmente, realizamos testes quanto à valorização de determinadas operações, que considerou: atualização do entendimento com a administração das principais premissas e metodologias adotadas; a análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os realizados; e a análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras consolidadas.

Porque é um PAA

valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de tecnologia de informação

O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia de informação foi considerado como área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, os processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.

Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Banco BS2 S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

Banco BS2 S.A.

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco BS2 S.A. (“Banco” ou “BS2”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Somos um banco digital para as empresas brasileiras. Temos uma história que muito nos orgulha, de empreendedorismo e inovação, para estar sempre um passo à frente.

Em 2021, nos repositivamos para focar 100% da nossa energia para as empresas, com o objetivo de transformar a experiência financeira e ampliar as possibilidades das PJ's brasileiras, com simplicidade e transparência. Construímos um ecossistema de soluções voltadas para pequenas e médias empresas, para que nossos clientes tenham uma experiência singular conosco, na oferta de uma jornada que contempla, além do crédito, todas as necessidades de *cash management*, câmbio e seguros.

Acreditamos que a ampla variedade de produtos e serviços, entregue por meio de uma plataforma digital acessível, nos coloca em posição de destaque para atender as PME's, importante segmento da nossa economia, que contribui diretamente com o desenvolvimento econômico do nosso país.

A execução do nosso plano estratégico iniciado em 2021 trouxe consigo o encerramento da nossa oferta para pessoas físicas. Estruturamos um acordo com o Next, plataforma digital do Bradesco, para encaminhamento da nossa base de clientes PF's. Também anunciamos a venda de nossa distribuidora de valores (DTVM) para a Galápagos Capital.

Iniciamos um projeto de expansão regional, com ampliação de nossas plataformas comerciais para região Sul, com escritórios em Curitiba (PR) e Caxias do Sul (RS).

Em que pese o complexo cenário macroeconômico, de alta inflação e taxas de juros, além das tensões geopolíticas, obtivemos bons resultados no exercício de 2022, demonstrando que estamos no caminho certo rumo ao nosso objetivo.

Atingimos uma carteira de crédito de R\$ 1,4 bilhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de 60% em relação a 31 de dezembro de 2021, fruto da execução da nossa estratégia para alavancar as operações com clientes do segmento de Middle market.

Nas operações de câmbio, atingimos o volume de R\$ 30,1 bilhões, crescimento superior a 30% em relação ao exercício de 2021, reforçando nossa constante evolução neste mercado através de equipe altamente qualificada, produtos diferenciados e da nossa conta internacional em dólar.

Para complementar nossa oferta, montamos uma seguradora própria voltada para o segmento PJ. Fundada em parceria com o grupo sul-africano Traficc, a BS2 Seguros pretende ganhar mercado rapidamente por meio da oferta de soluções ágeis e personalizadas, especialmente para o público das PME's.

Também tivemos importante evolução em processamento de pagamentos, notadamente no Pix, produto para o qual desenvolvemos uma plataforma proprietária com tecnologia de ponta. Em novembro de 2022 o BS2 alcançou a marca de 9,61% das operações de Pix do Brasil transacionadas por pessoa jurídica.

Registramos um lucro líquido consolidado de R\$ 98 milhões no ano, um crescimento de 214% em relação a 2021 com R\$ 45 milhões. Estes resultados são fruto da efetividade da execução das nossas estratégias de crescimento no universo PJ.

Ao longo de 2022, identificamos novos desafios e oportunidades, investimos em capital humano e intelectual, criamos soluções inovadoras capazes de gerar valor e alavancar bons resultados para nós e para nossos *stakeholders*. É nessa busca contínua por resultados compartilhados, que a integração de aspectos sociais, ambientais e de governança tem avançado. A consolidação da agenda de sustentabilidade vem impulsionando o desenvolvimento de iniciativas ESG, com destaque em 2022 para implantação de um programa de diversidade e inclusão, adesão ao movimento transparência 100% e à

Relatório da Administração

estruturação de um programa de responsabilidade social. Desdobramentos destas e outras iniciativas poderão ser acompanhados integralmente no nosso Relatório Anual ESG.

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes, assim como aos nossos parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 31 de março de 2023.

A Administração.



Ativo	Nota	2022	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	646.353	314.760	822.266
Ativos financeiros		13.350.401	12.687.027	10.387.557
Ao custo amortizado		11.351.345	10.980.804	9.100.393
Depósitos compulsórios no banco central do brasil	4	156.607	67.744	90.254
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	83.232	34.373	55.610
Títulos e valores mobiliários	6	22.222		
Transações de pagamento	8	9.414.830	9.820.421	8.248.951
Carteira de crédito	9	1.395.959	866.410	647.731
Outros ativos financeiros	10	321.445	206.167	77.460
(-) Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	9	(42.950)	(14.311)	(19.613)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.096.318	656.765	842
Títulos e valores mobiliários	6	1.096.318	656.601	
Outros ativos financeiros	10		164	842
Ao valor justo por meio do resultado		902.738	1.049.458	1.286.322
Títulos e valores mobiliários	6	901.157	1.049.377	1.286.322
Derivativos	7	1.581	81	
Ativos fiscais		283.859	239.509	190.478
Imposto de renda e contribuição social - correntes		89.753	66.636	45.503
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24(a)	180.638	161.003	137.562
Outros		13.468	11.870	7.413
Outros ativos	10	50.767	65.870	180.611
Ativos não correntes mantidos para venda	11	21.052	10.476	13.964
Investimentos em participações em coligadas		637	658	681
Ativos tangíveis	12	93.195	109.342	91.837
Ativos intangíveis	13	148.901	115.620	55.645
Total do ativo		14.595.165	13.543.262	11.743.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021	2020
Passivos financeiros		13.598.881	12.625.206	11.042.062
Ao custo amortizado		13.598.725	12.625.029	11.042.019
Depósitos	14	3.280.148	3.906.152	4.210.601
Recursos de mercados interbancários	14	240.726	114.301	137.591
Letras financeiras subordinadas	15	220.644	192.895	156.755
Obrigações por transações de pagamento	8	9.449.114	8.056.764	6.332.028
Outros passivos financeiros	16	408.093	354.917	205.044
Ao valor justo por meio do resultado		156	177	43
Derivativos	7	156	177	43
Provisões	17	28.246	24.667	20.055
Obrigações fiscais	25	33.620	25.102	13.508
Imposto de renda e contribuição social - correntes		133	39	33
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		30	396	1.166
Outras		33.457	24.667	12.309
Outros passivos	16	125.547	148.214	144.471
Total do passivo		13.786.294	12.823.189	11.220.096
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		652.428	623.102	514.237
Capital social	18(a)	617.155	617.155	508.621
Reservas de capital		2.602	2.448	1.972
Reservas de lucros	18(b)	52.211	20.377	3.569
Outros resultados abrangentes	18(e)	(19.540)	(16.878)	75
Participações de acionistas não controladores	18(f)	156.443	96.971	8.706
Total do patrimônio líquido		808.871	720.073	522.943
Total do passivo e do patrimônio líquido		14.595.165	13.543.262	11.743.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	2022	2021	2020
Produto bancário		788.844	523.286	360.957
Receitas de juros e rendimentos similares	19	992.939	645.159	311.197
Despesas de juros e encargos similares	19	(767.229)	(453.360)	(299.069)
Resultado de ativos e passivos financeiros	20	198.368	106.637	177.811
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior		105.460	80.884	85.782
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21	259.306	143.966	85.236
Perdas esperadas de ativos financeiros	9	(36.968)	705	(8.942)
Perdas esperadas com operações de crédito		(38.653)	440	(15.012)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros		(1.973)	(3.278)	3.872
Recuperação de créditos baixados para prejuízo		3.658	3.543	2.198
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		751.876	523.991	352.015
Outras receitas e despesas operacionais		(635.969)	(468.320)	(420.281)
Despesas gerais e administrativas	22	(552.787)	(445.738)	(384.853)
Despesas tributárias	24(c)	(112.364)	(78.620)	(42.802)
Resultado de participações em coligadas		126	535	422
Demais receitas e despesas operacionais	23	29.056	55.503	6.952
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		115.907	55.671	(68.266)
Imposto de renda e contribuição social	24(b)	(17.873)	(10.630)	35.780
Imposto de renda e contribuição social correntes		(32.191)	(19.588)	(3.296)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		14.318	8.958	39.076
Resultado líquido do exercício		98.034	45.041	(32.486)
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores		52.837	20.805	(36.024)
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores		45.197	24.236	3.538
Lucro (Prejuízo) por ação - básico e diluído	25			
Ordinárias (em reais - R\$)		0,47	0,20	(0,40)
Preferenciais (em reais - R\$)		0,47	0,20	(0,40)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - básica e diluída				
Ordinárias		78.841.256	78.023.320	70.208.800
Preferenciais		33.534.499	27.889.196	20.017.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2022
Valores expressos em milhares de reais

	2022	2021	2020
Resultado líquido do exercício	98.034	45.041	(32.486)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.651)	(16.829)	(127)
Títulos e valores mobiliários	(4.819)	(30.576)	
Outros ativos financeiros		(22)	(209)
Efeito fiscal	2.168	13.769	82
Variação cambial de dependência no exterior	(11)	(124)	66
Ajustes de variação cambial de dependência no exterior	(20)	(225)	119
Efeito fiscal	9	101	(53)
Total de outros resultados abrangentes	(2.662)	(16.953)	(61)
Total do resultado abrangente	95.372	28.088	(32.547)
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	50.175	3.852	(36.085)
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	45.197	24.236	3.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Total de outros resultados abrangentes	Resultado atribuível aos acionistas controladores	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.287	42.468	136		502.512	6.071	508.583
Outros resultados abrangentes no período				(61)		(61)		(61)
Aumento de capital	50.000					50.000	199	50.199
Remuneração baseada em ações		685				685		685
Variações nas participações de não controladores							114	114
Dividendos pagos			(2.875)			(2.875)		(2.875)
Outros							(33)	(33)
Resultado líquido do exercício					(36.024)	(36.024)	3.538	(32.486)
Destinações:								
Utilização de reservas			(36.024)		36.024			
Dividendos							(1.183)	(1.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	508.621	1.972	3.569	75		514.237	8.706	522.943
Outros resultados abrangentes no período				(16.953)		(16.953)		(16.953)
Aumento de capital	108.534					108.534	71.586	180.120
Remuneração baseada em ações		476				476		476
Variações nas participações de não controladores							2.476	2.476
Dividendos pagos								
Outros							(153)	(153)
Resultado líquido do exercício					20.805	20.805	24.236	45.041
Destinações:								
Constituição de reservas			16.808		(16.808)			
Juros sobre o capital próprio							(2.212)	(2.212)
Dividendos					(3.997)	(3.997)	(7.668)	(11.665)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	617.155	2.448	20.377	(16.878)		623.102	96.971	720.073
Outros resultados abrangentes no período				(2.662)		(2.662)		(2.662)
Aumento de capital							18.305	18.305
Remuneração baseada em ações		154				154		154
Variações nas participações de não controladores							(1.549)	(1.549)
Dividendos pagos								
Retenção de dividendos			3.997			3.997		3.997
Outros							5.607	5.607
Resultado líquido do exercício					52.837	52.837	45.197	98.034
Destinações:								
Constituição de reservas			27.837		(27.837)			
Juros sobre o capital próprio					(25.000)	(25.000)	(8.088)	(33.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	617.155	2.602	52.211	(19.540)		652.428	156.443	808.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2022	2021	2020
Atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício	98.034	45.041	(32.486)
Ajustes ao resultado líquido	426.852	251.526	285.554
Perdas esperadas com operações de crédito	38.653	(440)	15.012
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	1.973	3.278	(3.872)
Provisão para perdas de outros investimentos	3	7	
Depreciação e amortização	41.100	32.500	37.523
Resultado de participações em coligadas	(126)	(535)	(422)
Ganhos e perdas de capital líquidas	(7.407)	(347)	178
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.318)	(8.958)	(39.076)
Variação cambial dívida subordinada			100.900
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(76.969)	(85.377)	(94.826)
Variação cambial de outros ativos e passivos	436.805	306.186	277.933
Ajuste a mercado de derivativos e objeto de <i>hedge</i>			1.432
Pagamentos baseados em ações	154	478	35
Constituição (reversão) de provisão para contingências	6.984	4.734	(9.263)
Resultado líquido ajustado	524.886	296.567	253.068
Variações de ativos e passivos	(286.051)	(953.577)	(92.664)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(48.859)	21.237	(55.610)
Títulos e valores mobiliários	(316.366)	(436.472)	(429.474)
Carteira de crédito	(545.567)	(136.524)	4.471
Outros ativos financeiros	(210.689)	(237.600)	(132.809)
Outros ativos	(12.290)	1.268	(4.411)
Depósitos	(626.187)	(304.641)	1.576.988
Captações no mercado aberto	4		(12.792)
Recursos de mercados interbancários	126.424	(23.289)	63.554
Transações de pagamento	66.573	(1.615.276)	(2.347.123)
Derivativos	(1.521)	53	140.896
Outros passivos financeiros	1.282.427	1.777.667	1.103.646
Caixa (aplicado) gerado nas operações	238.835	(657.010)	160.404
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.482)	(22.967)	(5.970)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	197.353	(679.977)	154.434
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos	(292)	(274)	(442)
Alienação de investimento			152
Aquisição de imobilizado de uso	(10.666)	(77.412)	(49.188)
Alienação de imobilizado de uso	1.507	43.749	22.507
Aquisição de intangível	(68.898)	(93.919)	(25.811)
Alienação de intangível	19.623	17.496	14.314
Aquisição de participações societárias	(314)	(539)	(295)
Alienação de participações societárias	1.393	3.019	123
Dividendos recebidos	969	554	346
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(56.678)	(107.326)	(38.294)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(33.088)	(3.364)	(3.304)
Aumento de capital	18.305	180.120	50.199
Emissão de instrumento de dívida elegíveis à capital	128.732	17.664	102.300
Liquidação de dívida subordinada			(339.760)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	113.949	194.420	(190.565)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	254.624	(592.883)	(74.425)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	314.760	822.266	801.799
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	76.969	85.377	94.892
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	646.353	314.760	822.266
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	254.624	(592.883)	(74.425)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	2022	2021	2020
1 - Receitas	1.548.161	1.032.854	658.036
Receitas de juros e rendimentos similares	992.939	645.159	311.197
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	259.306	143.966	85.236
Resultado de ativos e passivos financeiros	198.368	106.637	177.811
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	105.460	80.884	85.782
Perdas esperadas de ativos financeiros	(36.968)	705	(8.942)
Demais receitas e despesas operacionais	29.056	55.503	6.952
2 - Despesas de juros e encargos similares	(767.229)	(453.360)	(299.069)
3 - Insumos adquiridos de terceiros	(308.737)	(253.240)	(223.715)
Processamento de dados	(148.078)	(131.917)	(108.175)
Prestação de serviços	(119.681)	(85.543)	(57.053)
Comunicação	(16.607)	(8.416)	(5.867)
Propaganda e publicidade	(5.958)	(12.190)	(18.181)
Transportes	(5.567)	(4.738)	(6.357)
Demais despesas administrativas	(12.846)	(10.436)	(28.082)
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	472.195	326.254	135.252
5 - Depreciação e amortização	(41.100)	(32.500)	(37.523)
6 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	431.095	293.754	97.729
7 - Valor adicionado recebido em transferência	126	535	422
Resultado de participações em coligadas	126	535	422
8 - Valor adicionado a distribuir (6+7)	431.221	294.289	98.151
9 - Distribuição do valor adicionado	431.221	294.289	98.151
Pessoal	196.830	154.513	122.312
Remuneração direta	147.192	111.495	83.717
Benefícios	19.193	16.389	15.631
Encargos sociais	30.445	26.629	22.964
Impostos, taxas e contribuições	130.237	89.250	7.022
Federais	117.326	79.842	(947)
Estaduais	79	319	27
Municipais	12.832	9.089	7.942
Remuneração de capital de terceiros	6.120	5.485	1.303
Aluguéis	6.120	5.485	1.303
Remuneração de capitais próprios	98.034	45.041	(32.486)
Lucros acumulados do período	98.034	45.041	(32.486)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. ("Banco" ou "BS2") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de adquirência, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

Estas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 31 de março de 2023.

2 Políticas contábeis significativas

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. ("Banco" ou "BS2") foram preparadas considerando o estabelecido na resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o BS2 observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do BS2 no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 2.3.

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração do Banco entende que as informações prestadas nessas demonstrações financeiras consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do Banco BS2 S.A..

2.2. Adoção de novas normas e interpretações

Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2022

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para período atual.

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do BS2, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2023 e ainda não foram adotadas são:

- **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O impacto da adoção IFRS 17 para o BS2 é imaterial.
- **Alterações na IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis:** a) Nas informações sobre políticas contábeis requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS, estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. b) Para a segregação entre passivo circulante e não circulante, esclarece quando considerar as condições contratuais (*covenants*) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com *covenants* classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva. As análises referentes a eventuais mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.
- **Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Esta alteração entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para o BS2.
- **Alterações na IAS 12 - Tributos sobre o lucro:** Requer que o arrendatário reconheça impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme legislação fiscal. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as demonstrações financeiras consolidadas do BS2.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do BS2.

2.3. Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações financeiras consolidadas devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens.

As principais estimativas foram discutidas detalhadamente com vista à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, não ocorreram mudanças significativas nas estimativas efetuadas no final do exercício de 2019, além daquelas indicadas nessas demonstrações financeiras consolidadas.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo BS2 são detalhados abaixo:

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota 28.

(b) Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada, considerando a perda de crédito esperada, ao custo amortizado do ativo financeiro.

(c) Modificação de ativos financeiros

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o Grupo avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente alterados, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o Grupo recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado. Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido às dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

(d) Transferência e baixa de ativos financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial, é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos no resultado. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita.

Dessa forma, os ativos financeiros são baixados, total ou parcialmente, quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa.

(e) Perdas de crédito esperadas

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

Para determinar a provisão para perda de crédito esperada (“*impairment*”), o Grupo avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos financeiros que não sejam significativos.

Para medir individualmente a provisão de crédito esperada de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Grupo considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a provisão de crédito esperada de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Grupo separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(f) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, para imposto de renda (IRPJ) foi calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% e para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada pela alíquota de 20%.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais do Grupo está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

(g) Provisões, contingências e obrigações legais

O BS2 revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das

obrigações possa ser razoavelmente estimado. As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. Informações adicionais estão descritas na nota 17.

2.4. Resumo das principais políticas contábeis

(a) Consolidação

I. Controladas

De acordo com a IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas, controladas são todas as entidades nas quais o Banco possui controle.

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

As empresas consolidadas e as suas participações diretas e indiretas estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	% Participação 2022	% Participação 2021	% Participação 2020
Banco BS2 - Agência Cayman	Agência no exterior	100,00%	100,00%	100,00%
BS Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%	99,90%	99,90%
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	41,91%	41,91%	80,10%
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda.	Instituição de pagamento	99,99%	99,99%	99,99%
IPG Holding Financeira S.A.	Participação societária não-financeiras	52,50%	n/a	n/a
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,93%	99,93%	99,88%
DT Participações S.A.	Participação societária em Instituições Financeiras	99,80%	92,24%	87,80%
AD Participações S.A.	Participação societária em Instituições de pagamento	n/a	n/a	99,52%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos	100,00%	100,00%	100,00%
BLU Participações S.A.	Participação societária em Instituições de pagamento	74,99%	74,99%	81,82%
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A.	Instituição de pagamento	98,88%	98,88%	98,75%
BS2P Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	99,95%	98,00%	98,00%
BS2 Seguros S.A.	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	100,00%	99,80%	99,80%

BS Tecnologia: Em junho de 2021, foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 16.000 após o aporte de R\$ 15.000, representado pela emissão de 15.000.000 de quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente. Em julho de 2021 foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 71.000 após o aporte de R\$ 55.000, representado pela emissão de 55.000 de quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente. Em agosto de 2022 foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 111.000 após o aporte de R\$ 40.000, representado pela emissão de 40.000.000 quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente e a empresa teve sua denominação social alterada para BS Tecnologia Ltda..

Adiq: Em maio de 2021, foi realizada a AGE da Adiq, tendo a denominação alterada para Adiq Instituição de Pagamento S.A.. Em julho de 2021, foi realizado o aumento de capital social para R\$ 81.627 através do aporte de R\$ 70.000 representado pela emissão de 11.327 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

Adiqplus: Em janeiro de 2020 a Adiq adquiriu 9.999 quotas de capital da Adiqplus Facilitadora de Pagamentos Ltda. passando a participar na sociedade com 99,99%. Em julho de 2020 foi integralizado o aumento de capital de R\$ 10.000 para R\$ 500.000 na proporção da participação societária. Em outubro de 2021 foi alterada a denominação social da Adiqplus Facilitadora de Pagamentos Ltda. para Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda..

IPG: Em abril de 2022, o Banco passou a deter 99,80% do capital social da IPG através da capitalização com a utilização das ações da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.. Em junho de 2022, a IPG Holding Financeira S.A. teve seu capital social aumentado de R\$ 22.324 para R\$ 40.588 mediante a emissão de 18.264.724 novas ações ordinárias com o aporte de novo acionista externo, com pagamento de ágio, desta forma o Banco teve sua participação reduzida para 54,89%. Em julho de 2022, o Banco adquiriu 45.644 ações ordinárias e alienou 1.014.707 ações ordinárias da IPG alterando a participação do Banco para 52,50%.

BS2 DTVM: Em junho de 2020, foi realizada o aumento do capital social da empresa BS2 Distribuidora de Valores e Títulos Mobiliários S.A. para R\$ 43.000, após o aporte de R\$ 10.000, representado pela emissão de 16.393.443 novas ações ordinárias, todas nominativas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pelos acionistas. Em junho de 2021, foi realizado o aumento do capital social da empresa BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para R\$ 45.000, após o aporte de R\$ 2.000, representado pela emissão de 3.846.156 novas ações ordinárias e 770.891 novas ações preferenciais, todas nominativas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pelos acionistas. Em 29 de dezembro de 2022 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário da BS2 DTVM para a Galápagos Holding Financeira Ltda. conforme contrato de compra e venda de 30 de março de 2022 que está condicionada ao efetivo fechamento da operação nos termos contratados.

DT Participações: Em dezembro de 2020 foi realizada a transformação da sociedade DT Participações Ltda. em sociedade por ações, passando a denominar DT Participações S.A.. Em junho de 2021, foi realizada a AGE deliberando o aumento de capital social da empresa DT Participações S.A. para R\$ 8.635 após o aporte de R\$ 375, representado pela emissão de 914.635 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente pelos acionistas aumentando assim a participação do Banco para 92,24%. Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de terceiros, 693.483 ações ordinárias nominativas equivalentes a 7,56% do capital social da DT Participações S.A..

AD Participações: Em julho de 2020 foi realizada a transformação da AD Participações Ltda. em sociedade por ações, passando a denominar AD Participações S.A.. Em outubro de 2020 foi realizada a AGE deliberando o aumento de capital social da empresa AD Participações S.A. para R\$ 1.306 após o aporte de R\$ 50, representado pela emissão de 50.000 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente. Em julho de 2021 foi realizado o aumento de capital social para R\$ 3.196, após o aporte de R\$ 1.890, representado pela emissão de 829.115 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pela única acionista, o Banco BS2 alienou suas quotas do capital social para a Bonsucesso Holding Financeira S.A..

BS2 Asset: Em maio de 2020 o Banco alienou suas quotas de participação da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. Em dezembro de 2020, foi realizada alteração contratual na empresa BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda., onde a BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. adquire quotas passando a participar com 99,998% no capital social. Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., 599.988 quotas de capital equivalentes a 99,998% do capital social da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda..

BLU Participações: Em setembro de 2020, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., deliberando o aumento de capital social para R\$ 2.136 subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, também o Banco cede e transfere quotas alterando sua participação para 81,82%. Em janeiro de 2021, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., onde o Banco adquire 150.000 quotas de capital aumentando assim sua participação para 88,84%. Em março de 2021, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., onde o Banco aliena 8.250 quotas de capital reduzindo assim sua participação para 84,75%. Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., 1.810.422 ações ordinárias nominativas equivalentes a 74,99% do capital social da BLU Participações.

BLU Instituição de Pagamentos: Também em setembro de 2020 foi realizada a alteração contratual da empresa BLU Tecnologia Digital Ltda., tendo a denominação alterada para BLU Pagamentos e Tecnologia Ltda., incluindo no objeto social para atuar como instituição de pagamento, deliberando também o aumento de capital social para R\$ 2.500, realizado através da integralização de R\$ 1.500 pelos sócios proporcional a sua participação. Em agosto de 2021 o Banco BS2 alienou suas quotas do capital social para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., também em agosto de 2021 ocorreu a transformação da BLU Instituição de Pagamentos, do tipo "Sociedade Limitada", para "Sociedade por Ações". Em setembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital para R\$ 2.778 após o aporte de R\$ 278 através da emissão de 278 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal subscritas e integralizadas em valor corrente. Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., 368.750 ações ordinárias nominativas equivalentes a 13,27% do capital social da BLU Instituição de Pagamento.

BS2 Seguros: Em abril de 2022, as ações da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. foram utilizadas para integralização de capital na IPG Holding Financeira S.A., que passou a deter 100% do capital social da Previmax. Em junho de 2022, a Previmax teve sua denominação social alterada para BS2 Seguros S.A. e seu capital social aumentado de R\$ 15.000 para R\$ 48.000 integralizado em moeda corrente pela IPG.

II. Ágio

O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

III. Transações de capital com acionistas não controladores

A IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores seja reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do BS2 são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo, e, também, a moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

(d) Ativos e passivos financeiros - IFRS 9

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e desreconhecidas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são parcialmente ou totalmente desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem ou o BS2 transfere o ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando eles são extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Transferência de ativos financeiros

Quando há transferência substancial de todos os riscos e benefícios os ativos financeiros são desreconhecidos, caso contrário, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Modelo de negócios: Representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com a finalidade de obter fluxos de caixa contratuais, obter fluxos de caixa contratuais e venda ou outros. Para avaliar os modelos de negócios, o BS2 considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios, como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

SPPI Test: Avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O BS2 classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na nota 28.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido no patrimônio líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e na demonstração consolidada do resultado para demais ativos e passivos financeiros.

Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como ações e cotas.

Perda de crédito esperada

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a perda de crédito esperada está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. O valor da perda de crédito esperada representa possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses.

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à perda de crédito esperada reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial.

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à perda de crédito esperada reflete o risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

A mensuração da perda esperada se realiza mediante os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados o PD - 12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de não cumprimento, ou seja, a porcentagem da exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem

recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o BS2 tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

O BS2 considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ou o devedor apresenta obrigações de crédito significativas vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou lhe tenha sido concedido um limite inferior ao montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o BS2 considera indicadores qualitativos, no caso de violações às cláusulas restritivas (*covenants*), quantitativos, no caso do status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor e baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o BS2 não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o BS2 baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

Classificação e mensuração subsequente de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os derivativos e outros passivos financeiros.

- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Operações de *hedge*:

As entidades consolidadas do BS2 utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins:

- Para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito.
- Para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*).
- Para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

i) O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

- Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).
- Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).
- O investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior).

ii) Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

- Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).
- Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

iii) Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do BS2.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

(e) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são entidades nas quais o BS2 tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

(f) Operações de arrendamento (arrendatário)

O BS2 é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais e administrativas. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, no passivo, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento e a depreciação do ativo são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado.

(g) Ativos tangíveis e intangíveis

Ativos tangíveis

O ativo tangível é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O BS2 avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado.

A seguir demonstramos a vida útil dos ativos tangíveis:

Item	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2, 4 e 6 anos
Equipamentos de processamento de dados	6 anos
Equipamentos de comunicação e de segurança	6 e 10 anos
Veículos	3 anos
Mobiliário	10 anos
Máquinas de cartão	10 anos

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. O BS2 não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O BS2 avalia semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

O BS2 elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A seguir demonstramos a vida útil dos ativos intangíveis:

Item	Vida útil
Sistemas de processamento de dados adquiridos	Entre 2 e 10 anos
Sistemas de processamento de dados gerados internamente	Entre 4 e 10 anos

(h) Ativos não correntes mantidos para venda

Nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado. São compostos por bens móveis ou imóveis, não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico.

(i) Imposto de renda e contribuição social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido. O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente acumulado, tais como o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, benefícios pós emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas no período em que entram em vigor.

(j) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Provisões são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração do BS2 entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Passivos contingentes são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como “prováveis”, para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisões, como “possíveis”, para as quais são divulgadas em notas explicativas das demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada e como “remotas”, para as quais não requerem provisão e nem divulgação.

(k) Garantias financeiras

O BS2 emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

(l) Informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do BS2. As informações dos resultados por segmentos estão apresentadas na nota 26.

(m) Conciliação do resultado líquido e do patrimônio líquido

As demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) diferentemente das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

A seguir está demonstrada a reconciliação do resultado líquido e do patrimônio líquido dos acionistas controladores em atendimento à resolução CMN nº 4.818/20:



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Resultado líquido	2022	2021	2020
Banco BS2 Individual - BRGAAP	52.832	16.829	(31.426)
Ajustes de perdas esperadas - IFRS 9 (i)	(6)	6.813	(7.775)
Ajustes de arrendamentos - IFRS 16 (ii)	15	415	(585)
Efeitos tributários dos ajustes	(4)	(3.252)	3.762
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	52.837	20.805	(36.024)
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	45.197	24.236	3.538
Resultado líquido consolidado em IFRS	98.034	45.041	(32.486)

Patrimônio líquido	2022	2021	2020
Banco BS2 Individual - BRGAAP	653.912	624.591	519.700
Ajustes de perdas esperadas - IFRS 9 (i)	1.077	1.083	(5.729)
Ajustes de arrendamentos - IFRS 16 (ii)	(2.234)	(2.249)	(2.663)
Efeitos tributários dos ajustes	(327)	(323)	2.929
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	652.428	623.102	514.237
Participações de acionistas não controladores	156.443	96.971	8.706
Total do patrimônio líquido consolidado em IFRS	808.871	720.073	522.943

(i) Ajustes no cálculo de perda incorrida do BRGAAP de acordo com a resolução BACEN nº 2.682/99 para o modelo de cálculo de perda esperada de acordo com o IFRS 9.

(ii) Ajustes de arrendamento de acordo com o IFRS 16 conforme nota 2.4 (f).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021	2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	440.073	169.991	714.993
Reservas livres no Banco Central	117.464	21.834	23.722
Disponibilidades e depósitos em moedas estrangeiras	84.044	120.319	77.271
Caixa	4.734	2.593	5.989
Depósitos bancários	38	23	291
Total	646.353	314.760	822.266

4 Depósitos compulsórios no banco central do Brasil

	2022	2021	2020
Depósitos de conta de pagamento instantâneo	116.366	43.344	14.521
Depósitos de moeda eletrônica	25.010	12.900	69.000
Reservas em moeda nacional mantidas no BACEN	15.231	11.500	6.733
Total	156.607	67.744	90.254

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2022	2021	2020
CDI do Banco ABC Brasil	37.352	34.373	30.178
CDI do Banco Safra	27.509		
CDI do Banco Itaú Unibanco	18.371		
CDI do Bancoob			25.432
Total	83.232	34.373	55.610



6 Títulos e valores mobiliários

	2022							
	Custo	Ajustes ao valor justo	Valor justo	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ao custo amortizado	22.222		22.222		2.535	7.425	8.250	4.012
Notas comerciais	18.210		18.210		2.535	7.425	8.250	
Debêntures	4.012		4.012					4.012
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.132.793	(36.475)	1.096.318				887.307	209.011
Letras Financeiras do Tesouro	795.868	474	796.342				796.342	
Notas do Tesouro Nacional	336.925	(36.949)	299.976				90.965	209.011
Ao valor justo por meio do resultado	898.089	3.068	901.157	190.468	61.142	190.207	455.001	4.339
Cotas de fundos de investimentos	190.468		190.468	190.468				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	33.142	(894)	32.248		8.082		19.827	4.339
Letras Financeiras do Tesouro	674.479	3.962	678.441		53.060	190.207	435.174	
Total	2.053.104	(33.407)	2.019.697	190.468	63.677	197.632	1.350.558	217.362

	2021							
	Custo	Ajustes ao valor justo	Valor justo	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	688.257	(31.656)	656.601					656.601
Letras Financeiras do Tesouro	437.568	(1.080)	436.488					436.488
Notas do Tesouro Nacional	250.689	(30.576)	220.113					220.113
Ao valor justo por meio do resultado	1.050.293	(916)	1.049.377	107.925	337.914		453.472	150.066
Cotas de fundos de investimentos	107.925		107.925	107.925				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	43.096	718	43.814				12.604	31.210
Letras Financeiras do Tesouro	899.272	(1.634)	897.638		337.914		440.868	118.856
Total	1.738.550	(32.572)	1.705.978	107.925	337.914		453.472	806.667

	2020							
	Custo	Ajustes ao valor justo	Valor justo	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ao valor justo por meio do resultado	1.286.353	(31)	1.286.322	117.820	208.781		544.058	415.663
Cotas de fundos de investimentos	117.820		117.820	117.820				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	45.223	2.256	47.479				13.414	34.065
Letras Financeiras do Tesouro	1.123.310	(2.287)	1.121.023		208.781		530.644	381.598
Total	1.286.353	(31)	1.286.322	117.820	208.781		544.058	415.663

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

7 Derivativos

O BS2 participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis. Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o BS2 efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o BS2 possuía contratos de derivativos envolvendo operações de futuros e à termo de modo a mitigar a exposição de moedas estrangeiras e um prêmio de opção de ações a exercer a partir de dezembro de 2026. Em novembro de 2020 as operações com *swap* que o BS2 possuía para proteção da dívida subordinada foram liquidadas pela liquidação da dívida.

A seguir demonstramos a posição dos instrumentos financeiros derivativos com valores marcados a mercado:

	2022	2021	2020
Ativo - Total a receber	1.581	81	
Opções de compra de ações	1.500		
Compras a termo de moeda	49		
Vendas a termo de moeda	32	81	
Passivo - Total a pagar	(156)	(177)	(43)
Vendas a termo de moeda	(108)		(43)
Compras a termo de moeda	(48)	(177)	
Valor líquido	1.425	(96)	(43)

A seguir demonstramos o resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2022	2021	2020
Operações com derivativos à futuros	(6.482)	22.473	(19.033)
Operações com derivativos à termo	(2.802)	(1.959)	746
Swap			119.798
Total	(9.284)	20.514	101.511

8 Transações de pagamento

As transações de pagamento correspondem a valores a receber dos bancos emissores de cartões referentes as transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões em estabelecimentos comerciais, já líquidos de antecipações.

Em contrapartida registra se no passivo, na rubrica Obrigações por transações de pagamento, os valores de transações de venda de produtos e serviços realizados com cartões de crédito e débito a pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados, líquidos da remuneração dos serviços prestados pelo BS2 e bancos emissores e líquidos das antecipações realizadas aos estabelecimentos comerciais.

9 Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas (*impairment*)

(a) Composição da carteira de crédito

A seguir apresentamos a composição da carteira de crédito por produto, vencimento e concentração:

Carteira de crédito por produto	2022	2021	2020
Capital de giro	815.307	363.099	297.713
Precatórios	289.205	330.369	237.310
Financiamento à exportação, importação e ACC	84.347		
Desconto de títulos	65.187	70.358	38.928
Conta garantida	44.304	31.467	200
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	37.241	37.406	40.255
Adiantamentos a depositantes	29.682	4.148	459
Outros	30.686	29.563	32.866
Total da carteira de crédito	1.395.959	866.410	647.731
(-) Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	(42.950)	(14.311)	(19.613)
Total da carteira de crédito líquido das perdas esperadas	1.353.009	852.099	628.118

Carteira de crédito por vencimento	2022	2021	2020
Vencidas	45.892	9.879	2.749
A vencer com prazo indeterminado	289.205	330.369	237.310
A vencer até 90 dias	308.159	103.369	143.312
A vencer de 91 a 180 dias	116.451	89.232	31.249
A vencer de 181 a 360 dias	184.805	114.492	76.337
A vencer acima de 360 dias	451.447	219.069	156.774
Total da carteira de crédito	1.395.959	866.410	647.731

Carteira de crédito por concentração	2022	2021	2020
10 maiores devedores	539.333	530.607	354.466
20 maiores devedores	304.933	181.713	161.146
50 maiores devedores	245.480	96.831	95.730
100 maiores devedores	175.338	35.617	17.887
Demais	130.875	21.642	18.502
Total da carteira de crédito	1.395.959	866.410	647.731

(b) Valor contábil bruto da carteira de crédito

Estágio 1	2022	Aquisição (Liquidação)	2021	Aquisição (Liquidação)	2020
Capital de giro	713.092	421.389	291.703	113.844	177.859
Precatórios	289.205	(41.164)	330.369	93.059	237.310
Financiamento à exportação, importação e ACC	81.411	81.411			
Desconto de títulos	55.307	(15.051)	70.358	31.430	38.928
Conta garantida	44.289	12.822	31.467	31.267	200
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	37.237	(157)	37.394	(2.843)	40.237
Adiantamentos a depositantes	47	17	30	29	1
Outros	25.968	1.350	24.618	(7.115)	31.733
Total	1.246.556	460.617	785.939	259.671	526.268

Estágio 2	2022	Aquisição (Liquidação)	2021	Aquisição (Liquidação)	2020
Capital de giro	82.418	25.372	57.046	2.297	54.749
Precatórios					
Financiamento à exportação, importação e ACC	2.936	2.936			
Desconto de títulos	7.137	7.137			
Conta garantida	16	16			
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	4	(8)	12	(6)	18
Adiantamentos a depositantes	29.542	29.521	21	21	
Outros	218	(1.175)	1.393	996	397
Total	122.271	63.799	58.472	3.308	55.164

Estágio 3	2022	Aquisição (Liquidação)	2021	Aquisição (Liquidação)	2020
Capital de giro	19.796	5.446	14.350	(50.755)	65.105
Precatórios					
Financiamento à exportação, importação e ACC					
Desconto de títulos	2.743	2.743			
Conta garantida					
CDC - Pessoas físicas e jurídicas					
Adiantamentos a depositantes	93	(4.005)	4.098	3.641	457
Outros	4.500	949	3.551	2.814	737
Total	27.132	5.133	21.999	(44.300)	66.299

Consolidado dos 3 estágios	2022	Aquisição (Liquidação)	2021	Aquisição (Liquidação)	2020
Capital de giro	815.306	452.207	363.099	65.386	297.713
Precatórios	289.205	(41.164)	330.369	93.059	237.310
Financiamento à exportação, importação e ACC	84.347	84.347			
Desconto de títulos	65.187	(5.171)	70.358	31.430	38.928
Conta garantida	44.305	12.838	31.467	31.267	200
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	37.241	(165)	37.406	(2.849)	40.255
Adiantamentos a depositantes	29.682	25.533	4.149	3.691	458
Outros	30.686	1.124	29.562	(3.305)	32.867
Total	1.395.959	529.549	866.410	218.679	647.731

(c) Perdas esperadas de crédito (impairment)

Estágio 1	2022	Constituição (Baixa)	2021	Constituição (Baixa)	2020
Capital de giro	(4.946)	(3.767)	(1.179)	4.685	(5.864)
Precatórios	(810)	326	(1.136)	(371)	(765)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(727)	(727)			
Desconto de títulos	(380)	74	(454)	(65)	(389)
Conta garantida	(263)	4	(267)	(265)	(2)
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(419)	10	(429)	124	(553)
Adiantamentos a depositantes					
Outros	(186)	(16)	(170)	69	(239)
Total	(7.731)	(4.096)	(3.635)	4.177	(7.812)

Estágio 2	2022	Constituição (Baixa)	2021	Constituição (Baixa)	2020
Capital de giro	(364)	(73)	(291)	1.303	(1.594)
Precatórios					
Financiamento à exportação, importação e ACC	(15)	(15)			
Desconto de títulos	(3.240)	(3.240)			
Conta garantida	(2)	(2)			
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(1)		(1)	1	(2)
Adiantamentos a depositantes	(20.657)	(20.656)	(1)	(1)	
Outros	(33)	82	(115)	(96)	(19)
Total	(24.312)	(23.904)	(408)	1.207	(1.615)

Estágio 3	2022	Constituição (Baixa)	2021	Constituição (Baixa)	2020
Capital de giro	(4.585)	(1.261)	(3.324)	5.962	(9.286)
Precatórios					
Financiamento à exportação, importação e ACC					
Desconto de títulos	(2.143)	(2.143)			
Conta garantida					
CDC - Pessoas físicas e jurídicas					
Adiantamentos a depositantes	(78)	4.013	(4.091)	(3.635)	(456)
Outros	(4.101)	(1.248)	(2.853)	(2.409)	(444)
Total	(10.907)	(639)	(10.268)	(82)	(10.186)

Consolidado dos 3 estágios	2022	Constituição (Baixa)	2021	Constituição (Baixa)	2020
Capital de giro	(9.895)	(5.101)	(4.794)	11.950	(16.744)
Precatórios	(810)	326	(1.136)	(371)	(765)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(742)	(742)			
Desconto de títulos	(5.763)	(5.309)	(454)	(65)	(389)
Conta garantida	(265)	2	(267)	(265)	(2)
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(420)	10	(430)	125	(555)
Adiantamentos a depositantes	(20.735)	(16.643)	(4.092)	(3.636)	(456)
Outros	(4.320)	(1.182)	(3.138)	(2.436)	(702)
Total	(42.950)	(28.639)	(14.311)	5.302	(19.613)

(d) Operações de venda ou transferência e aquisições de ativos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de riscos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de riscos de operações de créditos anteriormente baixadas como prejuízo, que na data da cessão totalizava R\$ 95.991, gerando um resultado positivo de R\$ 15.000.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco de Precatórios Federais que na data da cessão totalizava R\$ 60.108 gerando um resultado positivo de R\$ 43.818.

10 Outros ativos

	2022	2021	2020
Financeiros	321.445	206.331	78.302
Ao custo amortizado	321.445	206.167	77.460
Carteira de câmbio	189.676	107.878	36.414
Valores a receber por operações de aquisição	110.522	85.334	30.798
Títulos e créditos a receber	7.514	7.135	6.482
Negociação e intermediação de valores	1.676	1.236	612
Rendas a receber	5.257	1.373	1.527
Diversos	6.800	3.211	1.627
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		164	842
Diversos		164	842
Não financeiros	50.767	65.870	180.611
Devedores por depósitos em garantia (nota 17(i))	8.134	9.673	10.301
Despesas antecipadas	16.814	11.187	4.607
Deságio na colocação de títulos	10.487	14.401	18.761
Diversos (i)	15.332	30.609	146.942
Total	372.212	272.201	258.913

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 98.121 em "Diversos" refere-se a depósito judicial a levantar pela extinção de precatório do Município de Guarulhos.

11 Ativos não correntes mantidos para venda

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

	2022	2021	2020
Ativos não correntes mantidos para venda	21.517	10.951	14.641
(-) Provisão para perdas por não recuperação	(465)	(475)	(677)
Total	21.052	10.476	13.964

12 Ativos tangíveis

	Equipamentos de processamentos de dados	Imobilizado em arrendamento	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.923	41.428	59.894	124.245
Adição	45.693	496	31.223	77.412
Baixas	(248)	(7.282)	(46.665)	(54.195)
Transferências	7.794		(10.301)	(2.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.162	34.642	34.151	144.955
Adição	2.064	5.204	3.398	10.666
Baixas	(565)	(650)	(1.639)	(2.854)
Transferências	1.368		(8.237)	(6.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.029	39.196	27.673	145.898
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.386)	(11.962)	(11.060)	(32.408)
Adição	(4.371)	(6.728)	(5.059)	(16.158)
Baixas		3.284	7.162	10.446
Transferências	2.507			2.507
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(11.250)	(15.406)	(8.957)	(35.613)
Adição	(8.352)	(6.542)	(3.718)	(18.612)
Baixas	12	540	795	1.347
Transferências	(454)		629	175
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(20.044)	(21.408)	(11.251)	(52.703)
Total líquido em 31 de dezembro de 2022	58.985	17.788	16.422	93.195

13 Ativos intangíveis

	Ágio	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.022	84.082	13	85.117
Adição	194	93.725		93.919
Baixas		(17.806)		(17.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.216	160.001	13	161.230
Adição		68.898		68.898
Baixas		(24.667)		(24.667)
Transferências		7.058		7.058
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.216	211.290	13	212.519
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(29.472)		(29.472)
Adição		(16.448)		(16.448)
Baixas		310		310
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(45.610)		(45.610)
Adição		(22.688)		(22.688)
Baixas		5.044		5.044
Transferências		(364)		(364)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(63.618)		(63.618)
Total líquido em 31 de dezembro de 2022	1.216	147.672	13	148.901

14 Depósitos e recursos de mercados interbancários

						2022
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	1.408.238	425.131	183.404	935.065	328.310	3.280.148
Depósitos à vista	1.367.163					1.367.163
Outros depósitos	41.075					41.075
Depósitos interfinanceiros		5.156	3.212			8.368
Depósitos a prazo		419.975	180.192	935.065	328.310	1.863.542
Recursos de mercados interbancários		71.981	56.037	112.708		240.726
Letras de crédito imobiliário		71.981	56.037	112.708		240.726
Total	1.408.238	497.112	239.441	1.047.773	328.310	3.520.874

						2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	815.789	577.150	1.126.752	826.953	559.508	3.906.152
Depósitos à vista	786.092					786.092
Outros depósitos	29.697					29.697
Depósitos interfinanceiros		9.704	155.367			165.071
Depósitos a prazo		567.446	971.385	826.953	559.508	2.925.292
Recursos de mercados interbancários		19.219	87.050	8.032		114.301
Letras de crédito imobiliário		19.219	86.943	8.032		114.194
Letras financeiras			107			107
Total	815.789	596.369	1.213.802	834.985	559.508	4.020.453

						2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	398.824	333.781	823.007	2.021.900	633.089	4.210.601
Depósitos à vista	330.349					330.349
Outros depósitos	68.475					68.475
Depósitos interfinanceiros		22.049	5.342	146.817		174.208
Depósitos a prazo		311.732	817.665	1.875.083	633.089	3.637.569
Recursos de mercados interbancários		31.852	105.548	191		137.591
Letras de crédito imobiliário		31.852	14.083	90		46.025
Letras financeiras			91.465	101		91.566
Total	398.824	365.633	928.555	2.022.091	633.089	4.348.192

15 Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	2022	2021	2020
100% IPCA + 4,68%	2019	2024	432	390	335
100% IPCA + 4,83%	2019	2024	436	394	338
100% IPCA + 4,93%	2019	2024	434	391	335
100% IPCA + 4,98%	2019	2024	4.103	3.699	3.171
100% IPCA + 5,02%	2019	2024	1.307	1.178	1.010
100% IPCA + 5,47%	2019	2024	1.897	1.700	1.451
100% IPCA + 6,17%	2019	2024	572	510	432
100% IPCA + 6,22%	2019	2024	924	822	697
100% IPCA + 6,37%	2019	2024	620	551	466
100% IPCA + 6,42%	2019	2024	545	483	409
100% IPCA + 6,47%	2019	2024	1.407	1.247	1.055
100% IPCA + 6,77%	2019	2024	949	837	706
100% IPCA + 6,87%	2019	2024	950	838	706
130% CDI	2019	2024	16.242	13.954	13.195
135% CDI	2019	2024	30.569	26.109	24.637
130% CDI	2020	2025	635	546	516
100% IPCA + 5,75%	2020	2026		58.250	49.587
100% PRÉ + 10,86%	2020	2026		12.628	11.390
100% PRÉ + 9,88%	2020	2026	511	467	425
140% CDI	2020	2026		48.742	45.894
100% IPCA + 2,99%	2021	2027	398	363	
100% IPCA + 5,98%	2021	2027	730	649	
100% IPCA + 6,17%	2021	2027	6.112	5.416	
100% IPCA + 6,18%	2021	2027	611	542	
100% IPCA + 6,23%	2021	2027	366	325	
100% IPCA + 6,27%	2021	2027	366	325	
100% IPCA + 6,28%	2021	2027	981	868	
100% IPCA + 6,38%	2021	2027	735	650	
100% IPCA + 6,47%	2021	2027	1.099	974	
100% IPCA + 6,48%	2021	2027	735	652	
100% IPCA + 6,58%	2021	2027	740	652	
100% IPCA + 6,68%	2021	2027	8.765	7.743	
100% IPCA + 5,77%	2022	2028	65.074		
100% PRÉ + 10,86%	2022	2028	13.997		
140% CDI	2022	2028	57.402		
Total			220.644	192.895	156.755

16 Outros passivos

	2022	2021	2020
Passivos financeiros ao custo amortizado	408.093	354.917	205.044
Carteira de câmbio	198.953	112.129	43.280
Recursos em trânsito de terceiros	176.832	195.968	106.785
Obrigações de arrendamento	20.022	21.485	32.130
Sociais e estatutárias	1.133	11.268	754
Negociação e intermediação de valores	840	6.127	12.677
Diversos	10.313	7.940	9.418
Não financeiros	125.547	148.214	144.471
Provisão de pessoal	54.193	29.934	15.587
Provisão a fornecedores e prestadores de serviços	34.745	47.435	37.839
Incentivo de bandeiras de cartões a apropriar	13.380	27.353	30.327
Valores a repassar a bandeiras de cartão	9.413	11.253	21.988
Diversos	13.816	32.239	38.730
Total	533.640	503.131	349.515

17 Provisões

	2022	2021	2020
Provisões para contingências (i)	27.590	24.202	19.386
Provisão para garantias financeiras prestadas (ii)	656	465	669
Total	28.246	24.667	20.055

(i) “Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	2022	2021	2020
Depósitos judiciais	8.134	9.673	10.301
Contingências cíveis	3.222	4.549	5.085
Contingências tributárias	1.829	1.829	1.829
Contingências trabalhistas e previdenciárias	704	915	1.515
Diversos	2.379	2.380	1.872
Provisões para contingências	27.590	24.202	19.386
Contingências cíveis	20.444	14.558	13.516
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.847	5.584	2.117
Diversos	4.299	4.060	3.753

O BS2 é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das instituições com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O BS2 tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente, sendo que em 31 de dezembro de 2022 totalizavam R\$ 1.563 (R\$ 2.298 em 2021 e R\$ 9.004 em 2020).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente. As contingências cíveis avaliadas como risco possível, para as quais não são reconhecidas contabilmente, totalizavam R\$ 7.118 (R\$ 2.344 em 2021).

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.117	13.516	3.753	19.386
Constituição (reversão) líquida	3.820	11.766	307	15.893
Baixas por pagamento	(353)	(10.724)		(11.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.584	14.558	4.060	24.202
Constituição (reversão) líquida	(1.466)	24.858	808	24.200
Baixas por pagamento	(1.271)	(18.972)	(569)	(20.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.847	20.444	4.299	27.590

- (ii) “Provisão para garantias financeiras prestadas” refere-se a provisão de fiança bancária que monta em R\$ 71.286 (R\$ 56.479 em 2021 e R\$ 57.088 em 2020).

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 27 de novembro de 2020, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 50.000, refletindo no aumento de 7.142.515 ações ordinárias e 2.528.665 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 52.084, refletindo no aumento de 7.312.888 ações ordinárias e 2.588.991 ações

preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas.

Em 03 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 56.450, refletindo no aumento de 3.474.353 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas.

Assim, em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 617.155 (R\$ 617.155 em 2021 e R\$ 508.621 em 2020) está representado como segue:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 31 de dezembro de 2020	73.114.669	25.884.854	98.999.523
Em 31 de dezembro de 2021	80.427.557	31.948.198	112.375.755
Em 31 de dezembro de 2022	77.427.557	34.948.198	112.375.755

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em fevereiro de 2020, foram pagos dividendos no montante de R\$ 800 e em abril de 2020 foram pagos dividendos no montante de R\$ 2.075, ambos formalizados em Ata de Reunião da Diretoria e posteriormente, em reunião de acionistas.

Em dezembro de 2021, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.997 equivalente a 25% do lucro líquido após a constituição da reserva legal.

Em maio de 2022 foi realizada Assembleia Geral Ordinária onde foi decidido pela retenção para reserva de lucros, passível de distribuição futura, o montante de R\$ 3.997 que correspondiam aos dividendos obrigatórios do exercício de 2021, destinação esta deliberada por todos os acionistas presentes.

Em dezembro de 2022, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 25.000 referente ao exercício de 2022, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 15/12/2022.

(d) Opções de compra de ações

Em 2022, em concordância com o plano de incentivo de longo prazo definido pelo Banco BS2 S.A., foi criado o programa de opções de compra de ações da companhia, as quais poderão ser liquidadas em instrumentos de patrimônio (ações).

São elegíveis ao programa os administradores e executivos do Banco e/ou das demais sociedades do grupo econômico da companhia (i.e., pessoas físicas que possuam vínculo de emprego, de prestação de

serviços e/ou ocupem cargos da administração da companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do conselho de administração ("elegíveis").

O programa é composto por 3 lotes que passam a ser exercíveis a partir de 4 anos da data de aquisição das opções pelo participante. O exercício das opções está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, sendo ele uma alienação ou uma oferta pública inicial (IPO). O prazo máximo do programa (data de vencimento) é até dezembro de 2027.

Foram adquiridas 22.475.151 opções neste programa, onde cada lote possui 1/3 dessa quantidade total. Em 31/12/2022, todas as opções estão em aberto e não ocorreu nenhuma prescrição.

(e) Outros resultados abrangentes

Os saldos da rubrica "Outros resultados abrangentes" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas, são apresentados linha a linha nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

Na demonstração do resultado abrangente os "Outros resultados abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

(f) Participações de acionistas não controladores

As Participações de acionistas não controladores referem-se ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

	2022	2021	2020
Patrimônio líquido	156.443	96.971	8.706
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	122.851	90.722	7.786
IPG Holding Financeira S.A.	26.367		
AD Participações S.A.	6.715	5.246	10
Demais	510	1.003	910
Resultado líquido do exercício	45.197	24.236	3.538
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	43.337	23.738	3.629
IPG Holding Financeira S.A.	140		
AD Participações S.A.	1.970	793	2
Demais	(250)	(295)	(93)

19 Receitas de juros e rendimentos similares e despesas de juros e encargos similares

	2022	2021	2020
Receitas de juros e rendimentos similares	992.939	645.159	311.197
Antecipação de obrigações por transações de pagamento (i)	554.057	421.696	159.378
Carteira de crédito	213.641	132.665	128.445
Capital de giro	103.403	43.634	35.389
Precatórios	70.724	70.885	77.094
Desconto de títulos	15.175	3.569	1.696
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	7.559	8.579	9.588
Conta garantida	5.823	1.176	1
Adiantamentos a depositantes	2.003	1	21
Demais receitas da carteira de crédito	8.954	4.821	4.656
Aplicações em depósitos interfinanceiros	73.562	30.948	19.844
Diversos	151.679	59.850	3.530
Despesas de juros e encargos similares	(767.229)	(453.360)	(299.069)
Antecipação de transações de pagamento (ii)	(396.718)	(166.300)	(10.028)
Depósitos a prazo	(277.391)	(239.321)	(127.318)
Letras financeiras subordinadas	(27.856)	(18.561)	(7.970)
Serviços associados a transações de pagamento	(22.741)	(1.188)	(1.358)
Recursos de mercados interbancários	(20.141)	(4.544)	(3.184)
Depósitos interfinanceiros	(10.492)	(9.057)	(7.843)
Títulos emitidos no exterior			(128.587)
Diversos	(11.890)	(14.389)	(12.781)
Total	225.710	191.799	12.128

(i) "Antecipação de obrigações por transações de pagamento" refere-se a rendas provenientes de antecipação de créditos dos estabelecimentos credenciados nas operações da adquirencia, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

(ii) "Antecipação de transações de pagamento" refere-se a despesas pelo recebimento antecipado de valores relativos a transações de pagamento junto aos bancos emissores.

20 Resultado de ativos e passivos financeiros

	2022	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	207.169	70.907	30.237
Derivativos	(9.284)	20.513	101.511
Resultado com venda ou de transferência de ativos financeiros	461	15.000	43.818
Diversos	22	217	2.245
Total	198.368	106.637	177.811

21 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2022	2021	2020
Rendas por serviços de pagamento (i)	140.156	96.552	59.870
Rendas de tarifas de conta corrente	82.441	26.321	6.787
Outras rendas de tarifas bancárias	6.393	4.280	4.246
Receita de aluguel da plataforma (ii)	6.233	296	49
Diversos	24.083	16.517	14.284
Total	259.306	143.966	85.236

(i) "Rendas por serviços de pagamento" refere-se a rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

(ii) "Receita de aluguel da plataforma" refere-se a receita de aluguel da plataforma para a captura das transações com cartões.

22 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021	2020
Despesas de pessoal	(196.830)	(154.513)	(122.312)
Proventos	(86.043)	(76.456)	(69.996)
Honorários	(38.303)	(19.693)	(10.068)
Encargos sociais	(30.445)	(26.629)	(22.964)
Participação nos resultados	(21.197)	(14.576)	(3.579)
Benefícios	(19.193)	(16.389)	(15.631)
Demais despesas de pessoal	(1.649)	(770)	(74)
Despesas administrativas	(314.857)	(258.725)	(225.018)
Processamento de dados	(148.078)	(131.917)	(108.175)
Prestação de serviços	(119.681)	(85.543)	(57.053)
Comunicação	(16.607)	(8.416)	(5.867)
Propaganda e publicidade	(5.958)	(12.190)	(18.181)
Transportes	(5.567)	(4.738)	(6.357)
Demais despesas administrativas	(18.966)	(15.921)	(29.385)
Depreciação e amortização	(41.100)	(32.500)	(37.523)
Total	(552.787)	(445.738)	(384.853)

23 Demais receitas e despesas operacionais

	2022	2021	2020
Receita de aluguel das máquinas de cartão	19.912	106	125
Ganhos de capital	15.302	1.495	159
Incentivo bandeiras	13.973	3.532	1.486
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para a venda	2.500	580	933
Resultado na alienação de outros valores e bens (i)	204	46.303	
Recuperação (Despesas) de provisões operacionais	(1.239)	22.365	12.552
Perdas com processos cíveis e trabalhistas	(20.243)	(14.525)	(15.992)
Diversos	(1.353)	(4.353)	7.689
Total	29.056	55.503	6.952

(i) No exercício de 2021 refere-se principalmente a lucro na alienação das aeronaves no valor antes de impostos de R\$ 23.828, com impacto líquido de tributos de R\$ 13.105 e lucro na venda de todos os direitos sobre software para processamento de operações com cartões de crédito e de débito no valor antes de tributos de R\$ 22.362, com impacto líquido de tributos de R\$ 12.299.

24 Tributos

(a) Impostos diferidos

O Banco BS2 e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido de acordo com a legislação vigente.

O BS2 adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para perda esperada de créditos e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

A seguir demonstramos a composição dos ativos fiscais diferidos:

	2022	2021	2020
Diferenças temporárias	71.969	48.975	42.080
Prejuízo fiscal e base negativa	108.669	112.028	95.482
Total	180.638	161.003	137.562

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Valor contábil
2023	46.221
2024	62.007
2025	53.551
2026	1.035
2027	862
2028	1.541
2029	2.729
2030	3.670
2031	4.873
2032	4.149
Total	180.638

(b) Despesas com imposto de renda e contribuição social

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	115.907	115.907
Adições (exclusões) líquidas:		
Resultado de participações em coligadas	(126)	(126)
Participações no resultado	(20.914)	(20.914)
Juros sobre o capital próprio	(38.900)	(38.900)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(38.732)	(38.155)
Outras, líquidas	29.769	8.842
Base de cálculo	47.004	26.654
Alíquota efetiva	(7.978)	(608)
Alíquota adicional	(5.244)	
Incentivo fiscal	1.284	
Tributação pelo lucro presumido	(3.902)	(1.421)
Efeitos tributários dos ajustes de IFRS (nota 2.4(m))	(2)	(2)
Imposto de renda e contribuição social	(15.842)	(2.031)

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	55.671	55.671
Adições (exclusões) líquidas:		
Resultado de participações em coligadas	(535)	(535)
Participações no resultado	(14.576)	(14.576)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(16.568)	(16.568)
Outras, líquidas	(957)	(4.508)
Base de cálculo	23.035	19.484
Alíquota efetiva	(4.205)	(65)
Alíquota adicional	(2.781)	
Incentivo fiscal	1.060	
Tributação pelo lucro presumido	(1.006)	(381)
Efeitos tributários dos ajustes de IFRS (nota 2.4(m))	(1.807)	(1.445)
Imposto de renda e contribuição social	(8.739)	(1.891)

	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(68.266)	(68.266)
Adições (exclusões) líquidas:		
Resultado de participações em coligadas	(422)	(422)
Participações no resultado	3.579	3.579
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(9.838)	(9.838)
Outras, líquidas	924	1.340
Base de cálculo	(74.023)	(73.607)
Alíquota efetiva	10.600	14.379
Alíquota adicional	7.088	
Incentivo fiscal	164	
Tributação pelo lucro presumido	(145)	(68)
Efeitos tributários dos ajustes de IFRS (nota 2.4(m))	2.090	1.672
Imposto de renda e contribuição social	19.797	15.983

(c) Despesas tributárias

	2022	2021	2020
COFINS	(78.503)	(46.661)	(23.397)
PIS	(15.697)	(9.086)	(4.348)
ISSQN	(11.493)	(7.862)	(6.683)
Demais despesas tributárias	(6.671)	(15.011)	(8.374)
Total	(112.364)	(78.620)	(42.802)

25 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do BS2, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias potenciais no Grupo, para fins de diluição e, portanto, o lucro básico e diluído por ação é igual.

	2022	2021	2020
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	52.837	20.805	(36.024)
Quantidade de ações			
Quantidade média ponderada de ações Ordinárias emitidas	78.841.256	78.023.320	70.208.800
Quantidade média ponderada de ações Preferenciais emitidas	33.534.499	27.889.196	20.017.959
Lucro básico e diluído por ação			
Lucro básico e diluído por ação Ordinária (em Reais)	0,47	0,20	(0,40)
Lucro básico e diluído por ação Preferencial (em Reais)	0,47	0,20	(0,40)
Lucro líquido atribuído - básico e diluído			
Ações Ordinárias	37.055	15.605	(28.084)
Ações Preferenciais	15.761	5.578	(8.007)

26 Informações por segmentos

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o BS2 identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Financeiro
- Não Financeiro

O segmento financeiro, responsável pela parcela mais significativa do resultado, compreende as operações de crédito, câmbio, meios de pagamento e serviços bancários para pessoas físicas e empresas.

As operações possuem interação entre si, de forma que a análise do segmento é utilizada pelo BS2 para avaliar a alocação dos recursos e investimentos conforme o planejamento estratégico.

O segmento não financeiro inclui as atividades de suporte tecnológico, seguros e holdings, sendo agregadas por não serem representativas individualmente.

A tabela a seguir apresenta informação sobre os resultados gerenciais relacionados aos segmentos do BS2:

	2022			Total
	Financeiro	Não financeiro	Eliminações e ajustes IFRS	
Produto bancário	783.118	5.959	(233)	788.844
Receitas de juros e rendimentos similares	1.010.507		(17.568)	992.939
Despesas de juros e encargos similares	(804.718)	(386)	37.875	(767.229)
Resultado de ativos e passivos financeiros	212.485	6.190	(20.307)	198.368
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	105.510		(50)	105.460
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	259.334	155	(183)	259.306
Perdas esperadas de ativos financeiros	(36.962)		(6)	(36.968)
Perdas esperadas com operações de crédito	(38.647)		(6)	(38.653)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	(1.973)			(1.973)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.658			3.658
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros	746.156	5.959	(239)	751.876
Outras receitas e despesas operacionais	(594.352)	(40.203)	(1.414)	(635.969)
Despesas gerais e administrativas	(563.508)	(37.383)	48.104	(552.787)
Despesas tributárias	(109.467)	(2.897)		(112.364)
Resultado de participações em coligadas	46.636	1.098	(47.608)	126
Demais receitas e despesas operacionais	31.987	(1.021)	(1.910)	29.056
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	151.804	(34.244)	(1.653)	115.907
Imposto de renda e contribuição social	(18.665)	796	(4)	(17.873)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(31.877)	(314)		(32.191)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.212	1.110	(4)	14.318
Resultado líquido do exercício	133.139	(33.448)	(1.657)	98.034

	2021			Total
	Financeiro	Não financeiro	Eliminações e ajustes IFRS	
Produto bancário	520.693	6.948	(4.355)	523.286
Receitas de juros e rendimentos similares	646.800		(1.641)	645.159
Despesas de juros e encargos similares	(489.842)	(461)	36.943	(453.360)
Resultado de ativos e passivos financeiros	139.892	2.048	(35.303)	106.637
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	80.030		854	80.884
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	143.813	5.361	(5.208)	143.966
Perdas esperadas de ativos financeiros	(6.107)		6.812	705
Perdas esperadas com operações de crédito	(6.372)		6.812	440
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	(3.278)			(3.278)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.543			3.543
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros	514.586	6.948	2.457	523.991
Outras receitas e despesas operacionais	(475.285)	(52.522)	59.487	(468.320)
Despesas gerais e administrativas	(447.562)	(43.265)	45.089	(445.738)
Despesas tributárias	(71.942)	(6.678)		(78.620)
Resultado de participações em coligadas	28.145	(389)	(27.221)	535
Demais receitas e despesas operacionais	16.074	(2.190)	41.619	55.503
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	39.301	(45.574)	61.944	55.671
Imposto de renda e contribuição social	(10.155)	2.777	(3.252)	(10.630)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(19.922)	334		(19.588)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.767	2.443	(3.252)	8.958
Resultado líquido do exercício	29.146	(42.797)	58.692	45.041

				2020
	Financeiro	Não financeiro	Eliminações e ajustes IFRS	Total
Produto bancário	359.708	769	480	360.957
Receitas de juros e rendimentos similares	312.552		(1.355)	311.197
Despesas de juros e encargos similares	(307.060)	(505)	8.496	(299.069)
Resultado de ativos e passivos financeiros	183.716	1.236	(7.141)	177.811
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	85.302		480	85.782
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	85.198	38		85.236
Perdas esperadas de ativos financeiros	(1.166)		(7.776)	(8.942)
Perdas esperadas com operações de crédito	(7.236)		(7.776)	(15.012)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	3.872			3.872
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.198			2.198
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros	358.542	769	(7.296)	352.015
Outras receitas e despesas operacionais	(474.635)	(35.891)	90.245	(420.281)
Despesas gerais e administrativas	(394.136)	(30.560)	39.843	(384.853)
Despesas tributárias	(40.226)	(2.576)		(42.802)
Resultado de participações em coligadas	6.334	(2.107)	(3.805)	422
Demais receitas e despesas operacionais	(46.607)	(648)	54.207	6.952
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(116.093)	(35.122)	82.949	(68.266)
Imposto de renda e contribuição social	31.766	252	3.762	35.780
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.293)	(3)		(3.296)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.059	255	3.762	39.076
Resultado líquido do exercício	(84.327)	(34.870)	86.711	(32.486)

27 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do BS2 incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do BS2 e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	2022	2021	2020
Ativo			
Carteira de crédito	16.359	5.553	5.561
Pessoal chave da Administração		16	295
Outras partes relacionadas	16.359	5.537	5.266
Outros ativos financeiros	23	29	
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	23	29	
Passivo			
Depósitos à vista	15.110	28.575	(5.086)
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	5.265	23.772	(12)
Pessoal chave da Administração	119	1.549	(1.555)
Outras partes relacionadas	9.726	3.254	(3.519)
Depósitos a prazo	44.591	21.314	(75.484)
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	15.385		(12.045)
Pessoal chave da Administração	2.621	10.199	(7.463)
Outras partes relacionadas	26.585	11.115	(55.976)
Recursos de aceites e emissão de títulos	480		
Outras partes relacionadas	480		
Resultado			
Despesas de captação no mercado	(1.029)	(626)	(552)
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	(1.029)	(626)	(552)

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	2022	2021	2020
Honorário	(16.346)	(11.422)	(9.761)
Participação nos lucros e resultados	(21.957)	(8.271)	(307)
Encargos sociais	(4.992)	(2.624)	(2.379)
Total	(43.295)	(22.317)	(12.447)

O BS2 possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 18 (d).

28 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de outros resultados abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por títulos privados (com destaque na carteira de debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o BS2 utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de ações, opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo BS2 para apurar seu valor justo:

	2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	825.402	75.755		901.157
Títulos e valores mobiliários	825.402	75.755		901.157
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.096.318			1.096.318
Títulos e valores mobiliários	1.096.318			1.096.318
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (ativos)	81	1.500		1.581
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (passivos)	156			156

	2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.004.542	44.835		1.049.377
Títulos e valores mobiliários	1.004.542	44.835		1.049.377
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	656.601	164		656.765
Títulos e valores mobiliários	656.601			656.601
Outros ativos financeiros		164		164
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (ativos)	81			81
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (passivos)	177			177

	2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.238.843	47.479		1.286.322
Títulos e valores mobiliários	1.238.843	47.479		1.286.322
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes		842		842
Outros ativos financeiros		842		842
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (passivos)	43			43

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do BS2 são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do BS2 mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020:

Ativo	2022				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	156.607	156.607	156.607		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	83.232	83.588		83.588	
Títulos e Valores Mobiliários	22.222	28.532		28.532	
Transações de pagamento	9.414.830	9.414.830		9.414.830	
Carteira de crédito	1.395.959	1.430.463		1.128.805	301.658
Outros ativos financeiros	321.445	321.445			321.445
Total	11.394.295	11.435.465	156.607	10.655.755	623.103

Ativo	2021				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	67.744	67.744	67.744		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.373				
Transações de pagamento	9.820.421	9.820.421		9.820.421	
Carteira de crédito	866.410	866.410		535.321	331.089
Outros ativos financeiros	206.167	206.167			206.167
Total	10.995.115	10.960.742	67.744	10.355.742	537.256

Ativo	2020				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	90.254	90.254	90.254		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	55.610	55.681		55.681	
Transações de pagamento	8.248.951	8.248.951		8.248.951	
Carteira de crédito	647.731	650.312		413.002	237.310
Outros ativos financeiros	77.460	77.460			77.460
Total	9.120.006	9.122.658	90.254	8.717.634	314.770

Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do BS2 mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020:

Passivo	2022				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos	3.280.148	3.279.778		3.279.778	
Recursos de mercados interbancários	240.726	240.682		240.682	
Letras financeiras subordinadas	220.644	205.474		205.474	
Obrigações por transações de pagamento	9.449.114	9.449.114		9.449.114	
Outros passivos financeiros	408.093	408.093			408.093
Total	13.598.725	13.583.141		13.175.048	408.093

Passivo	2021				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos	3.906.152	3.906.152		3.906.152	
Recursos de mercados interbancários	114.301	114.301		114.301	
Letras financeiras subordinadas	192.895	192.895		192.895	
Obrigações por transações de pagamento	8.056.764	8.056.764		8.056.764	
Outros passivos financeiros	354.918	354.918			354.918
Total	12.625.030	12.625.030		12.270.112	354.918

Passivo	2020				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos	4.210.601	4.355.809		4.355.809	
Recursos de mercados interbancários	137.591	138.325		138.325	
Letras financeiras subordinadas	156.755	164.922		164.922	
Obrigações por transações de pagamento	6.332.028	6.332.028		6.332.028	
Outros passivos financeiros	205.044	205.044			205.044
Total	11.042.019	11.196.128		10.991.084	205.044

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Carteira de crédito:** O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

Além das operações de empréstimo, também compõe este grupo: recebíveis de emissores de cartão de crédito, negociação de títulos e valores mobiliários e comissões receber. Os valores contábeis destes ativos e passivos se aproximam significativamente de seus valores justos, dado que consistem em valores a serem recebidos em curto prazo de operações de cartão de crédito, comissões e depósitos exigidos judicialmente.

- Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições financeiras e de clientes:** O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.

- **Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras subordinadas:** Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.
- **Transações de pagamento e outros ativos e passivos financeiros:** Composto principalmente por passivos originados de operações de aquisição e negociação de títulos e valores mobiliários. Os valores contábeis destes ativos e passivos se aproximam significativamente de seus valores justos, dado que consistem em valores a serem pagos em curto prazo de operações de cartão de crédito, comissões e depósitos exigidos judicialmente.

29 Índices operacionais

A partir de 1º de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo comitê de supervisão bancária de basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. A metodologia de apuração patrimônio de referência (PR), é definido na resolução CMN nº 4.955/21 e a apuração dos requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e de capital principal e o adicional de capital principal para basileia III pela resolução CMN nº 4.958/21.

Apresentamos a seguir o cálculo do índice de basileia:

Descrição	2022	2021	2020
(=) Patrimônio de referência – nível I	609.129	568.875	381.133
(+) Capital principal (a)	609.129	568.875	381.133
(+ Capital social e reservas	708.180	669.115	519.032
(+ Reservas de capital, reavaliação e de lucros	95.853	69.992	16.485
(+ Ganhos não realizados de ajustes de avaliação patrimonial exceto de hedge de fluxo de caixa			75
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	20.161	16.878	
(-) Outras deduções do capital		783	103
(-) Ajustes prudenciais	174.744	152.570	154.357
(+) Patrimônio de referência – nível II	163.860	132.582	129.363
(+) Instrumentos elegíveis para compor nível II (a)	166.495	136.687	136.546
(-) Deduções do nível II	2.634	4.105	7.183
(=) Patrimônio de referência total	772.989	701.457	510.496
Alocação de capital por risco			
Risco de crédito (RWAcpad)	5.154.651	4.419.368	3.731.254
Risco de mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	233.126	252.785	314.200
Risco operacional (RWAopad)	1.216.427	692.261	430.587
Ativos ponderados por risco (RWA)	6.604.204	5.364.413	4.476.041
Patrimônio de referência mínimo requerido para RWA	528.336	429.153	358.083
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e para RBAN	530.428	446.268	391.794
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	244.653	272.304	152.412
Margem sobre o patrimônio de referência com RBAN	77.457	147.901	62.751
Margem sobre o patrimônio de referência nível I requerido	212.877	247.011	112.570
Margem sobre o capital principal requerido	311.940	327.477	179.711
Margem adicional de capital	47.771	139.722	56.620
Índice de basileia - PR	11,70%	13,08%	11,41%
Índice do nível I	9,22%	10,60%	8,51%
Índice do capital principal	9,22%	10,60%	8,51%
Índice de imobilização	28,92%	26,54%	18,27%

Conforme definido pela resolução CMN nº 4.955/21, para instrumentos elegíveis ao nível II em dezembro de 2022, foi considerado a aplicação dos redutores de 0%, 20%, 40% e 60% de acordo com o vencimento dos papéis.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2022, registrou-se um coeficiente de basileia III (adequação ao patrimônio de referência exigido) de 11,70% (13,08% em 2021 e 11,41% em 2020), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido em dezembro de 2022 é de 10,5% (índice basileia 8% + ACP 2,5%) de acordo com a resolução CMN nº 4.955/21. Para os índices de nível I e capital principal o indicador ficou em 9,22% (10,6% em 2021 e 8,51% em 2020), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (8% e 4,5%).

Cabe destacar que o patrimônio de referência total apurado no período foi de R\$ 772.989 (R\$ 701.457 em 2021 e R\$ 510.496 em 2020) contra um patrimônio de referência mínimo requerido para RWA de R\$ 528.336 (R\$ 429.153 em 2021 e R\$ 358.083 em 2020) e patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 530.428 (R\$ 446.268 em 2021 e R\$ 391.794 em 2020), o que implica em uma margem sobre o patrimônio de referência considerando RBAN de R\$77.457 (R\$ 147.901 em 2021 e R\$ 62.751 em 2020).

Desta forma, a exigência mínima de capital e patrimônio líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

30 Gestão de riscos

A gestão de riscos do BS2 tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central do Brasil. Sua abrangência é no âmbito das empresas ligadas ao Banco.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantado um sistema de gestão de riscos capaz de identificar, avaliar, gerir e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à alta administração e comitês de auditoria e de riscos uma visão consolidada dos riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do BS2 embasaram a formulação do apetite ao risco, bem como guiam os colaboradores e formalizam os procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à alta administração. O BS2 revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de risco de forma a refletir as mudanças dos mercados e dos produtos, assim como garantir as melhores práticas.

(a) Governança e responsabilidade sobre riscos

A estrutura de governança e de responsabilidades sobre o gerenciamento de riscos garante uma gestão efetiva dos riscos do BS2.

Nesse sentido, instituíram-se os seguintes comitês: comitê de riscos e comitê de ALM compostos por representantes da presidência, vice-presidência, CRO e diretoria executiva e das áreas responsáveis pelo gerenciamento dos respectivos riscos.

No comitê de riscos, são apresentados o relatório de gerenciamento de risco integrado além do comportamento dos indicadores do RAS (Razão de Apetite por Riscos) em conformidade com a resolução 4.557/17 do CMN.

(b) O apetite ao risco

A definição de apetite por risco deve estar integrada com os processos de planejamento estratégico da instituição, de modo que sempre exista um processo de melhoria contínua.

O apetite ao risco define quanto e quais os tipos de risco que o BS2 está preparado para assumir na execução da sua estratégia, sendo o mesmo aprovado pelo conselho de administração. Ela é fundamental para a abordagem integrada de risco, capital e gestão dos negócios e ainda suporta o BS2 na realização dos seus objetivos de rentabilidade sobre o capital. Além disso, é um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

A diretoria executiva do BS2 atribui métricas quantitativas para cada tipo de risco, sujeitas a limites operacionais, de forma a assegurar que:

- As atividades básicas das áreas de negócio possam ser guiadas e controladas, de modo que continuem alinhadas com a definição do apetite ao risco;
- As premissas fundamentais que sustentam o apetite ao risco possam ser monitoradas e, se necessário, ajustadas através dos ciclos de planejamento de negócios; e
- As decisões de negócios para mitigação dos riscos sejam antecipadas e colocadas em prática tão logo as evidências de risco sejam sinalizadas.

O apetite ao risco é monitorado mensalmente e em bases contínuas pelo comitê de riscos.

(c) Cenários dos testes de estresse

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do BS2 em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à alta administração, comitê de riscos e comitê de ALM a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido e o comportamento do caixa com o volume demandado, tanto para capital como para o caixa, por cenários de estresse incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital e caixa sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras através das ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez e capital definidos no plano de contingência de liquidez e capital. Enquanto a predição de eventos futuros pode não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (carteiras *trading* e *banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da carteira *banking* não representam prejuízo contábil potencial para o BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na carteira *banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações divulgadas pelo mercado (B3, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nas informações de mercado, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nas informações de mercado, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição:

Carteira total		Exposições			2022
Fatores de risco	Risco de variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	2	(627)	(1.885)	
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(90)	(152)	(302)	
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	183	(4.564)	(9.128)	
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	43	(6.598)	(13.570)	
Ações	Preço das Ações	30	(756)	(1.511)	
Demais	Demais fatores de risco	(135)	(17.098)	(33.577)	
Total sem correlação		33	(29.794)	(59.973)	
Total com correlação		(19)	(23.081)	(46.381)	

Carteira total		Exposições			2021
Fatores de risco	Risco de variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	40	(11.091)	(23.680)	
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(73)	(25)	(51)	
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(336)	(8.403)	(16.806)	
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	41	(4.918)	(10.148)	
Ações	Preço das Ações	164	(4.089)	(8.178)	
Demais	Demais fatores de risco	52	(8.131)	(16.337)	
Total sem correlação		(113)	(36.657)	(75.200)	
Total com correlação		(27)	(20.890)	(43.355)	

Carteira total		Exposições			2020
Fatores de risco	Risco de variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	113	(19.507)	(40.927)	
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(48)	(17)	(34)	
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	152	(3.800)	(7.600)	
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	42	(2.334)	(4.695)	
Ações	Preço das Ações	232	(5.803)	(11.605)	
Demais	Demais fatores de risco	97	(4.534)	(9.058)	
Total sem correlação		588	(35.994)	(73.919)	
Total com correlação		(781)	(28.673)	(59.260)	

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na carteira *trading*, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira trading	Exposições	2022		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(66)	(118)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(40)	(74)	(147)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	443	(11.087)	(22.173)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(10)	(1.391)	(2.598)
Ações	Preço das Ações	30	(756)	(1.511)
Demais	Demais fatores de risco	(2)	(255)	(502)
Total sem correlação		422	(13.629)	(27.049)
Total com correlação		(32)	(1.793)	(3.462)

Carteira trading	Exposições	2021		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(5)	(1.098)	(1.930)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(73)	(25)	(51)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	416	(10.395)	(20.790)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(6)	(700)	(1.327)
Ações	Preço das Ações	164	(4.089)	(8.178)
Demais	Demais fatores de risco	(4)	(458)	(896)
Total sem correlação		492	(16.765)	(33.172)
Total com correlação		(71)	(3.225)	(6.165)

Carteira trading	Exposições	2020		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(8)	(1.383)	(2.536)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(48)	(17)	(34)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	584	(14.592)	(29.184)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(14)	(820)	(1.576)
Ações	Preço das Ações	232	(5.803)	(11.605)
Demais	Demais fatores de risco	(159)	(2.221)	(4.387)
Total sem correlação		586	(24.836)	(49.323)
Total com correlação		(1.036)	(12.610)	(24.884)

(d) **Risco de mercado**

Entende-se como risco de mercado, no âmbito do BS2, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do grupo, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*).

A política do BS2 para o gerenciamento do risco de mercado leva em consideração seu foco nas operações de meios de pagamento, carteira de crédito empresarial, câmbio e sua atuação conservadora da tesouraria que visa basicamente a obtenção de *funding* e a aplicação do caixa excedente dentro de limites pré-estabelecidos.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de mercado

A estrutura é composta por quatro instâncias decisórias, com diferentes atribuições e responsabilidades que são: conselho de administração, comitê de ALM, comitê de riscos e CRO.

A área de riscos do BS2 é nos termos da resolução 4.557/17, do CMN, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado do BS2 como um todo e de cada uma de suas empresas, assim como pela identificação e acompanhamento do risco de mercado das empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Processo de gerenciamento de risco de mercado

As atividades de apuração, controle e divulgação da exposição ao risco de mercado deverão ser assistidas ao máximo por sistemas informatizados com:

- Captura das posições em todos os fatores de risco relevantes, carteiras de negociação e *banking*, diretamente dos sistemas legados que controlam os produtos de ativos e de passivos;
- Busca das informações de valores de mercado diretamente dos sites dos órgãos fornecedores, tais como ANBIMA, BACEN e B3;
- Cálculo do valor em risco e das parcelas de patrimônio de referência exigido para cada fator de risco de mercado;
- Geração automática de arquivos a serem transmitidos a órgãos supervisores; e
- Emissão de relatórios de controle e de acompanhamento gerencial.

Dessa forma, busca-se mitigar o risco operacional, erros, omissões e fraudes. Entretanto, será permitida a alimentação dos sistemas pelos funcionários através de planilhas eletrônicas, interfaces para entrada de dados e outros dispositivos similares, assim como a utilização desses instrumentos para a geração de arquivos ou relatórios, quando essa for a conclusão da análise de custo versus benefício, ou enquanto os sistemas estiverem em fase de especificação, desenvolvimento ou implantação.

De modo a se avaliar a adequação dos sistemas e a integridade das informações de posições detidas pela instituição e de valores de mercado, deverão ser realizados testes de avaliação dos sistemas com a periodicidade mínima anual. Esses testes deverão ser conduzidos pela área de riscos. Complementarmente, a verificação da adequação dos sistemas também deverá constar da programação das atividades da auditoria interna.

(e) Risco operacional, social, ambiental e climático

Entende-se o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Já os riscos social, ambiental e climático são definidos abaixo:

Risco social: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Risco ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados.

Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de risco operacional e social, ambiental e climático

Em conformidade com a resolução CMN nº 4.943/21, que altera a resolução nº 4.557/17, e a resolução CMN nº 4.945/21, o BS2 adequa suas políticas de gestão dos riscos operacional, social, ambiental e climático, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que seus colaboradores em sua totalidade entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais relativos aos riscos operacional, social, ambiental e climático.

Nesse contexto, foram estabelecidos direcionamentos visando o atendimento às novas exigências regulatórias, como a revisão da estrutura de gestão, implementação de novos processos, atualização de metodologias, bem como a adoção de controles, sempre observando o princípio da proporcionalidade e relevância das nossas operações.

O BS2 considera a atividade de gestão do risco operacional e dos riscos social, ambiental e climático como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Alocação de capital

Alinhado com as melhores práticas de mercado na gestão de risco operacional, o BS2 tem se preparado para atender às orientações do novo acordo de capitais de Basileia, conforme o cronograma estabelecido pelo Banco Central do Brasil. A partir de dezembro de 2009, o BS2 adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad).

(f) Risco de crédito

Define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Compreende, entre outros:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas à contraparte ou instrumento mitigador localizadas fora do país, incluindo o risco soberano, em que a exposição é assumida perante governo central de jurisdição estrangeira;
- O risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial de valores recebidos fora do país associados a operação sujeita ao risco de crédito;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;

- O risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposição significativas a a) uma mesma contraparte; b) contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços; c) contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria ou atividade; d) instrumentos financeiros cujos fatores de riscos, incluindo moedas e indexados, são significativamente relacionados; e) associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e f) cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de crédito

A Estrutura para gerenciamento de risco de crédito é composta dos níveis hierárquicos conselho de administração, comitê de riscos, CRO, gerência de riscos, comitê de crédito e superintendência de crédito.

Processo de gestão de risco de crédito

O risco de crédito é inerente aos negócios do Bs2. Para mitigá-lo ou evitar perdas, além daquelas projetadas, a gerência de riscos financeiros monitora continuamente as posições em risco por meio de modelos e metodologias que permitam sua identificação, controle, monitoramento e mitigação.

Mensalmente são gerados indicadores que acompanham a evolução da qualidade da carteira de crédito, atraso/inadimplência, posicionamento em relação ao mercado, concentração, suficiência de garantias, bem como sua capacidade de recuperação. Adicionalmente são gerados indicadores que compõem o relatório de gerenciamento de risco de crédito, com informações complementares de nível de provisionamento, despesa de provisão. Os indicadores têm o objetivo de:

- Assegurar a gestão do risco de crédito em linha com os objetivos da organização e o desdobramento da estratégia;
- Fornecer de maneira tempestiva informações para a tomada de decisão;
- Acompanhar o comportamento do capital regulatório da organização e da própria carteira de crédito.

Adicionalmente, a carteira de crédito é submetida a testes de estresse que avaliam a capacidade de resiliência da organização em cenários adverso. Além disso também são realizadas avaliação das perdas esperadas semestralmente, conforme definição da resolução 4.557/18.

Qualidade dos ativos financeiros e exposição máxima ao risco de crédito

A qualidade dos ativos financeiros do BS2, que são avaliados individualmente, é feita de acordo com a classificação interna de risco e a exposição máxima para risco de crédito, antes de considerar as garantias e após provisões para redução ao valor recuperável, apresentados pelo valor líquido quando adequado são apresentadas a seguir:

	2022			
	Exposição	Classificação interna de riscos		
		Total	Baixo	Médio
Caixa e equivalentes de caixa	646.353	646.353		
Ativos financeiros ao custo amortizado	11.351.345	11.237.160	97.961	16.224
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.096.318	1.096.318		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	902.738	868.138	25.078	9.522
Off-balance - Avais e fianças	71.286	71.286		
Total	14.068.040	13.919.255	123.039	25.746

	2021			
	Exposição	Classificação interna de riscos		
		Total	Baixo	Médio
Caixa e equivalentes de caixa	314.760	314.760		
Ativos financeiros ao custo amortizado	10.980.804	10.980.804		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	656.765	656.765		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.049.458	990.837	37.736	20.885
Off-balance - Avais e fianças	56.479	56.479		
Total	13.058.266	12.999.645	37.736	20.885

	2020			
	Exposição	Classificação interna de riscos		
		Total	Baixo	Médio
Caixa e equivalentes de caixa	822.266	822.266		
Ativos financeiros ao custo amortizado	9.100.393	9.100.393		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	842	842		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.286.322	1.236.982	22.846	26.494
Off-balance - Avais e fianças	57.088	57.088		
Total	11.266.911	11.217.571	22.846	26.494

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contábil.

(g) Risco de liquidez

O risco liquidez origina-se quando da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos), ou seja, entre obrigações a pagar e direitos a receber que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação. O acompanhamento e controle do risco liquidez são essenciais para garantir que a solidez da Instituição seja mantida, bem como as políticas e estratégias sejam cumpridas.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de liquidez

A estrutura para gerenciamento de risco de liquidez é composta dos níveis hierárquicos conselho de administração, comitê de ALM, diretoria de finanças e riscos, tesouraria e a gerência de riscos financeiros e gestão do capital.

Processo de gerenciamento de risco liquidez

A gestão de liquidez no BS2 consiste no acompanhamento de liquidez no curto e longo prazo visando garantir o cumprimento de forma eficiente das suas obrigações esperadas e inesperadas, considerando inclusive vinculação e liberação de garantias, além de assegurar que a instituição mantenha a exposição de liquidez de acordo com as políticas e normas definidas.

O processo de gestão de liquidez permite monitorar, identificar e analisar o caixa mínimo, a alocação do caixa excedente, os descasamentos de caixa, avaliação do estresse de fluxo de caixa, no curto e longo prazo. Este monitoramento é realizado em tempo hábil para oportunas revisões e retificações, definição das novas fontes de captação, projeções do crescimento da carteira, acionamento do plano de contingência de liquidez, sendo todas as decisões norteadas pelo planejamento estratégico da instituição.

Com foco no monitoramento e análise do risco de liquidez são gerados relatórios diários de acompanhamento de reserva (caixa mínimo e alocação de caixa excedente), relatórios mensais de fluxo de caixa e ainda gerados sob demanda, com o prazo mínimo de 3 anos.

Comunicação Interna

A comunicação interna ocorre através de relatórios diários de acompanhamento de liquidez enviados as áreas responsáveis e de relatórios gerenciais mensais enviados ao comitê de caixa e investimentos.

Nos relatórios diários são controlados os fluxos de caixa para curto prazo e a situação atual de liquidez além do acompanhamento do caixa mínimo, comparando a reserva atual com caixa mínimo determinado nas políticas de liquidez.

Nos relatórios de risco de liquidez mensais são tratados os fluxos de caixa e os descasamentos, contingências, avaliados os ativos e passivos separadamente por liquidez e condição de resgate.

No comitê de caixa e investimentos são avaliados o caixa, as principais saídas e entradas e são deliberadas as ações a serem realizadas conforme a situação liquidez do momento avaliado.

O cenário de stress de liquidez é tratado e acompanhado mensalmente no comitê de riscos.

Além dos relatórios gerenciais, o comportamento diário no caixa também está disponível para monitoramento nos painéis gerenciais de risco de liquidez.

(h) Risco de moeda

	2022			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	266.137	10.253	8.328	284.718
Ativos financeiros	263.976	10.253	8.328	282.557
Ao custo amortizado	263.976	10.253	8.328	282.557
Caixa e equivalentes de caixa	66.414	9.385	8.245	84.044
Carteira de crédito	18.460			18.460
(-) Provisão para perda esperada	(154)			(154)
Outros ativos financeiros	179.256	868	83	180.207
Outros ativos	2.161			2.161
Passivo	496.179	20.158	2.399	518.736
Passivos financeiros	491.971	20.158	2.399	514.528
Ao custo amortizado	491.971	20.158	2.399	514.528
Depósitos	181.755	49	10	181.814
Outros passivos financeiros	310.216	20.109	2.389	332.714
Outros passivos	4.208			4.208

	2021			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	90.417	42.027	4.319	136.763
Ativos financeiros	87.584	42.027	4.319	133.930
Ao custo amortizado	87.584	42.027	4.319	133.930
Caixa e equivalentes de caixa	73.973	42.027	4.319	120.319
Carteira de crédito	4.140			4.140
Outros ativos financeiros	9.471			9.471
Outros ativos	2.833			2.833
Passivo	389.010	27.545	11.456	428.011
Passivos financeiros	387.163	27.545	11.456	426.164
Ao custo amortizado	387.163	27.545	11.456	426.164
Depósitos	145.692	56	13	145.761
Outros passivos financeiros	241.471	27.489	11.443	280.403
Outros passivos	1.847			1.847

	2020			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	54.023	10.888	6.772	71.683
Ativos financeiros	52.677	10.888	6.772	70.337
Ao custo amortizado	52.677	10.888	6.772	70.337
Caixa e equivalentes de caixa	52.677	10.888	6.772	70.337
Outros ativos	1.346			1.346
Passivo	180.213	20.043	3.120	203.376
Passivos financeiros	173.586	20.043	3.120	196.749
Ao custo amortizado	173.586	20.043	3.120	196.749
Depósitos	50.604	56	12	50.672
Outros passivos financeiros	122.982	19.987	3.108	146.077
Outros passivos	6.627			6.627

31 Outras divulgações

(a) Fundos geridos não registrados no balanço

O BS2 possui fundos sob gestão, por meio de sua gestora de recursos, a BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm as cotas destes fundos são aqueles que estão expostos, ou tem direito, a retornos variáveis. Ademais, o BS2 atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal".

Os fundos geridos pelo BS2 são os seguintes:

	2022	2021	2020
Fundos sob gestão	568.273	741.415	798.229

(b) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2022, o BS2 mantinha sob custódia, títulos e valores mobiliários de terceiros conforme a seguir:

	2022	2021	2020
Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia	3.215.554	4.309.904	5.970.146

(c) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	2022	2021	2020
Ativo	284.718	136.763	71.683
Ativos financeiros	282.557	133.930	70.337
Ao custo amortizado	282.557	133.930	70.337
Caixa e equivalentes de caixa	84.044	120.319	70.337
Carteira de crédito	18.460	4.140	
(-) Provisão para perda esperada	(154)		
Outros ativos financeiros	180.207	9.471	
Outros ativos	2.161	2.833	1.346
Passivo	518.736	428.011	203.376
Passivos financeiros	514.528	426.164	196.749
Ao custo amortizado	514.528	426.164	196.749
Depósitos	181.814	145.761	50.673
Outros passivos financeiros	332.714	280.403	146.076
Outros passivos	4.208	1.847	6.627

(d) Vencimento residual

A seguir a composição por vencimento dos saldos de certos itens do balanço patrimonial:

	2022					Total
	A vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	646.353					646.353
Ativos financeiros	348.986	7.446.965	3.437.428	1.864.042	295.930	13.393.351
Ao custo amortizado	158.518	7.385.742	3.247.221	521.734	81.080	11.394.295
Depósitos compulsórios no banco central do Brasil	156.607					156.607
Aplicações em depósitos interfinanceiros			45.880	37.352		83.232
Títulos e valores mobiliários		2.535	7.425	8.250	4.012	22.222
Transações de pagamento		6.567.321	2.847.509			9.414.830
Carteira de crédito		505.240	346.407	474.758	69.554	1.395.959
Outros ativos financeiros	1.911	310.646		1.374	7.514	321.445
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				887.307	209.011	1.096.318
Títulos e valores mobiliários				887.307	209.011	1.096.318
Ao valor justo por meio do resultado	190.468	61.223	190.207	455.001	5.839	902.738
Títulos e valores mobiliários	190.468	61.142	190.207	455.001	4.339	901.157
Derivativos		81			1.500	1.581
Total do ativo	995.339	7.446.965	3.437.428	1.864.042	295.930	14.039.704
Passivos financeiros	1.408.238	7.484.587	3.097.670	1.119.772	488.614	13.598.881
Ao custo amortizado	1.408.238	7.484.431	3.097.670	1.119.772	488.614	13.598.725
Depósitos	1.408.238	425.131	183.404	935.065	328.310	3.280.148
Recursos de mercados interbancários		71.981	56.037	112.708		240.726
Letras financeiras subordinadas				62.022	158.622	220.644
Obrigações por transações de pagamento		6.601.605	2.847.509			9.449.114
Outros passivos financeiros		385.714	10.720	9.977	1.682	408.093
Ao valor justo por meio do resultado		156				156
Derivativos		156				156
Total do passivo	1.408.238	7.484.587	3.097.670	1.119.772	488.614	13.598.881
Diferença entre ativos e passivos	(412.899)	(37.622)	339.758	744.270	(192.684)	440.823



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

	2021					
	A vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	314.760					314.760
Ativos financeiros	177.105	8.190.694	2.716.795	750.286	866.458	12.701.338
Ao custo amortizado	69.180	7.852.535	2.716.795	296.814	59.791	10.995.115
Depósitos compulsórios no banco central do Brasil	67.744					67.744
Aplicações em depósitos interfinanceiros				34.373		34.373
Transações de pagamento		7.437.261	2.383.160			9.820.421
Carteira de crédito		219.417	333.635	260.702	52.656	866.410
Outros ativos financeiros	1.436	195.857		1.739	7.135	206.167
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		164			656.601	656.765
Títulos e valores mobiliários					656.601	656.601
Outros ativos financeiros		164				164
Ao valor justo por meio do resultado	107.925	337.995		453.472	150.066	1.049.458
Títulos e valores mobiliários	107.925	337.914		453.472	150.066	1.049.377
Derivativos		81				81
Total do ativo	491.865	8.190.694	2.716.795	750.286	866.458	13.016.098
Passivos financeiros	815.789	6.605.106	3.601.721	900.398	702.192	12.625.206
Ao custo amortizado	815.789	6.604.929	3.601.721	900.398	702.192	12.625.029
Depósitos	815.789	577.150	1.126.752	826.953	559.508	3.906.152
Recursos de mercados interbancários		19.219	87.050	8.032		114.301
Letras financeiras subordinadas				53.103	139.792	192.895
Obrigações por transações de pagamento		5.673.604	2.383.160			8.056.764
Outros passivos financeiros		334.956	4.759	12.310	2.892	354.917
Ao valor justo por meio do resultado		177				177
Derivativos		177				177
Total do passivo	815.789	6.605.106	3.601.721	900.398	702.192	12.625.206
Diferença entre ativos e passivos	(323.924)	1.585.588	(884.926)	(150.112)	164.266	390.892

	2020					
	A vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	822.266					822.266
Ativos financeiros	209.628	6.837.187	2.068.544	803.442	488.369	10.407.170
Ao custo amortizado	91.808	6.628.235	2.067.873	259.384	72.706	9.120.006
Depósitos compulsórios no banco central do Brasil	90.254					90.254
Aplicações em depósitos interfinanceiros			25.432	30.178		55.610
Transações de pagamento		6.333.469	1.915.482			8.248.951
Carteira de crédito		225.342	126.959	229.206	66.224	647.731
Outros ativos financeiros	1.554	69.424			6.482	77.460
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		171	671			842
Outros ativos financeiros		171	671			842
Ao valor justo por meio do resultado	117.820	208.781		544.058	415.663	1.286.322
Títulos e valores mobiliários	117.820	208.781		544.058	415.663	1.286.322
Total do ativo	1.031.894	6.837.187	2.068.544	803.442	488.369	11.229.436
Passivos financeiros	398.824	4.956.674	2.848.848	2.036.111	801.605	11.042.062
Ao custo amortizado	398.824	4.956.631	2.848.848	2.036.111	801.605	11.042.019
Depósitos	398.824	333.781	823.007	2.021.900	633.089	4.210.601
Recursos de mercados interbancários		31.852	105.548	191		137.591
Letras financeiras subordinadas					156.755	156.755
Obrigações por transações de pagamento		4.416.546	1.915.482			6.332.028
Outros passivos financeiros		174.452	4.811	14.020	11.761	205.044
Ao valor justo por meio do resultado		43				43
Derivativos		43				43
Total do passivo	398.824	4.956.674	2.848.848	2.036.111	801.605	11.042.062
Diferença entre ativos e passivos	633.070	1.880.513	(780.304)	(1.232.669)	(313.236)	187.374

(e) Impactos da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus)

O BS2 criou um comitê de crise exclusivamente para debater os impactos da pandemia trazidos pelo COVID-19 (Coronavírus). O comitê de crise definiu metas e ações adotadas no período de crise e as estratégias para manutenção das operações essenciais.

Foram tomadas diversas medidas visando proteger a saúde dos colaboradores, tais como, a adoção do regime de trabalho *home office*, adaptação da sede disponibilizando álcool em gel e orientações periódicas sobre como agir.

Mesmo após o fim do estado de emergência em saúde pública no Brasil anunciado em maio de 2022, o BS2 continua monitorando os impactos da pandemia da COVID-19 e acompanhando as recomendações dos órgãos de saúde e vigilância sanitária de forma a garantir a segurança de seus colaboradores.

* * *

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães Diretor Presidente
Renata Braga Pentagna Guimarães Martini Diretora de Governança e Gestão
Rodrigo Braga Pentagna Guimarães Diretor Comercial
Juliana Braga Pentagna Guimarães Diretora de Desenvolvimento Corporativo
Davi Ponciano Araújo Lima Diretor de Finanças e Riscos
Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior Diretor de Câmbio
Ziro Murata Junior Diretor Executivo
Rodrigo Elias Moreira Diretor Executivo

Comitê de auditoria

Gabriel Pentagna Guimarães Presidente do Comitê
Antônio de Pádua Soares Pelicarp Membro Especialista
Marcos Grodetzky Membro do Comitê

Conselho de administração

Marcos Grodetzky Presidente
Paulo Henrique Pentagna Guimarães Vice-Presidente
Gabriel Pentagna Guimarães Conselheiro
João Claudio Pentagna Guimarães Conselheiro
André Pentagna Guimarães Salazar Conselheiro
Marcos Antônio Vaz de Magalhães Conselheiro
Simão Hamermesz Neumark Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite Contador - CRC-MG 48.029/O-0
--